

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20260947 – SESA

PROCESSO Nº 24001.092717/2025-94

Unidade Compradora: 943001

Número da Compra: 32/2026

A **SECRETARIA DA SAÚDE (SESA)** por intermédio do pregoeiro e do membro da equipe de apoio designados por ato do Governador do Estado, que ora integra os autos, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma eletrônica.

1. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E DO MODO DE DISPUTA:

1.1. O critério de julgamento será o de **Menor Preço por GRUPO**, conforme tabela constante do Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe. A proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração, independentemente do valor total do grupo.

1.2. O modo de disputa será o **Aberto e Fechado**.

2. DO REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA:

2.1. O regime de execução indireta se dará por **empreitada por preço unitário**.

3. DA BASE LEGAL

3.1. A licitação se encontra baseada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações; Lei Estadual nº 18.417, de 11 de julho de 2023; Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006; Lei Complementar Estadual nº 65, de 3 de janeiro de 2008, Lei Complementar Estadual nº 134, de 7 de abril de 2014, Decreto Estadual nº 35.067, de 21 de dezembro de 2022 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.283, de 19 de janeiro de 2023, Decreto Estadual nº 35.323 de 24 de fevereiro de 2023 e suas alterações, Decreto Estadual nº 35.726, de 30 de outubro de 2023, Portaria PGE/GAB nº 36, de 8 de março de 2024, Lei Complementar Estadual nº 334/2024, Decreto Estadual nº 36.407/2024 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

4. DO OBJETO

4.1. O objeto da licitação é o Registro de Preço para futuros e eventuais **serviços de laboratório de prótese dentária**, nas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5. DO ACESSO AO EDITAL, DO LOCAL DE REALIZAÇÃO E DO PREGOEIRO

5.1. Este Edital está disponível gratuitamente nos sítios www.portalcompras.ce.gov.br e <https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/consulta-detalhada>.

5.2. O certame será realizado por meio do sistema do Compras.gov.br, no endereço eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, pelo pregoeiro **Raimundo Vieira Coutinho**.

5.3. A audiência requerida por representante de licitante ou interessado em participar de licitação, com o fito de despachar sobre recurso ou impugnação de sua autoria junto à Central de Licitações da Procuradoria-Geral do Estado, será realizada conforme disposto na Portaria/PGE nº 38/22, publicada na pg. 18 do DOE de 17/03/22.

5.4. A equipe de apoio atende pelo telefone nº (85) 3125-9374 e pelo e-mail: licitacao@pge.ce.gov.br.

6. DAS DATAS E HORÁRIOS DO CERTAME

6.1. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: 21/08/2026.

6.2. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 04/09/2026, às 9h.

6.3. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 04/09/2026, às 9h.

6.4. REFERÊNCIA DE TEMPO: Para todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema será observado o horário de Brasília/DF.

6.5. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data prevista, a sessão será remarcada, para no mínimo 48h (quarenta e oito horas) a contar da respectiva data, exceto quando remarcada automaticamente pelo próprio sistema eletrônico.

7. DO ENDEREÇO E HORÁRIO DA CENTRAL DE LICITAÇÕES E DA SECRETARIA DA SAÚDE

7.1. Central de Licitações/PGE, Av. Dr. José Martins Rodrigues, nº 150, Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, CEP. 60811- 520.

7.1.1 Horário de expediente da Central de Licitações: das 8h às 12h e das 14h às 18h.

7.2. Secretaria da Saúde/SESA, Av. Almirante Barroso, nº 600, Praia de Iracema, Fortaleza – Ceará, CEP: 60.060-440, telefone: 085 2018-2826.

7.2.1. Horário de expediente da Secretaria da Saúde: das 8h às 12h e das 13h às 17h.

8. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 103 do Decreto Estadual nº 35.067/2022 c/c §4º, art. 7º, do Decreto Estadual nº 35.323/2023.

9. DA PARTICIPAÇÃO

9.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira-ICP-Brasil.

9.1.1. A participação implica a aceitação integral dos termos deste Edital.

9.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos sistemas relacionados no subitem anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da Central de Licitações responsável pelo processamento das licitações, por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

9.3.1. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.3.2. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

9.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, e para o microempreendedor individual-MEI, nos termos da Lei Complementar nº 123/06.

9.5. Não poderão disputar esta licitação:

9.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

9.5.2. Empresa em estado de insolvência civil, sob processo de falência, dissolução, fusão, cisão, incorporação e liquidação.

9.5.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta, observado o § 1º do art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.4. Agente público do órgão ou entidade licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme §1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021. A vedação é estendida a terceiros que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica;

9.5.5. Empresa estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

9.5.6. Empresa ou sociedade cooperativa cujo estatuto ou contrato social não inclua em seu objetivo social atividade compatível com o objeto do certame, e ainda, que não atendam o art. 16 da Lei nº 14.133/2021;

9.5.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição;

9.5.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

9.5.9. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

9.5.10. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação deste Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9.5.11. Pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas nas hipóteses do §5º do art.14 da Lei nº 14.133/2021, ou que seja declarada inidônea nos termos da referida Lei.

9.5.12. Consórcio, qualquer que seja sua constituição, conforme justificativa constituída nos autos, nos termos do art. 15, caput, da Lei nº 14.133/2021.

10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre seus termos, devendo encaminhar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, conforme *caput* art. 94 do Decreto nº 35.067/2022, no endereço eletrônico citado no subitem 10.3 abaixo.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada por meio do sistema utilizado na realização do certame, no prazo de até 3 (três) dias úteis contado da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da sessão pública. As respostas divulgadas vincularão os participantes e a Administração, conforme § 1º do artigo supramencionado.

10.2.1. As decisões do pregoeiro, sempre que necessário, se darão baseadas nos pareceres e laudos emitidos pelas áreas técnicas e jurídicas do órgão e entidade promotora da licitação ou, conforme o caso, pela Comissão Central de Avaliação de Impugnações e Recursos em Licitação, nos termos do § 1º do art. 24 e § 3º do art. 94 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, e nos termos dos §§ 2º e 3º do art. 24 do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

10.2.2. Na impossibilidade de resposta à impugnação no prazo citado no subitem 10.2, o pregoeiro poderá adiar a abertura da sessão pública, mediante aviso no sistema utilizado na

realização do certame, em conformidade com o disposto no § 2º do mesmo artigo já citado.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados exclusivamente por meio eletrônico, no endereço licitacao@pge.ce.gov.br, até as 23h59min, com a informação do nº do pregão, o órgão ou entidade promotor da licitação e pregoeiro responsável.

10.3.1. As impugnações apresentadas deverão ser subscritas por representante legal mediante comprovação, sob pena do seu não conhecimento.

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação, de acordo com o previsto no § 5º ainda do mesmo decreto citado.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

11. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 8.586.779,45 (oito milhões quinhentos e oitenta e seis mil setecentos e setenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), conforme os custos unitários apostos na tabela constante do item 2 do Anexo I – Termo de Referência.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ELETRÔNICA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

12.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

12.1.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

12.2. Após o julgamento da proposta, o licitante vencedor deverá enviar no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da convocação do pregoeiro, os documentos de habilitação.

12.3. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência conforme art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e art. 75 do Decreto nº 35.067/2022. O licitante deverá enviar os documentos complementares via sistema utilizado na realização do certame, no prazo fixado na solicitação do pregoeiro.

12.3.1. Quando a diligência for requerida pelo órgão/entidade demandante, a documentação deverá ser encaminhada diretamente à área requisitante, por meio eletrônico indicado na solicitação, no prazo nela estabelecido.

12.3.2. Não se caracterizam documentos novos aqueles que venham a comprovar fatos existentes à época da abertura da sessão, com respaldo no previsto no Acórdão 1211/2021-TCU-Plenário.

12.3.3. Uma vez regularmente solicitada a diligência e não atendida no prazo e condições estabelecidos, não será admitida nova solicitação para o mesmo fim, resultando na inabilitação e/ou desclassificação do licitante.

12.4. A não apresentação de declarações formais e/ou termos de compromissos exigidos, não implicará a desclassificação ou inabilitação imediata do licitante. Compete ao pregoeiro nos mesmos termos estabelecido no item 12.3 acima, promover diligência para o devido saneamento, em respeito aos princípios do formalismo moderado e da razoabilidade.

12.5. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

12.5.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais,

nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

12.5.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

12.5.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

12.5.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme disposto no art. 63, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e art. 69 do Decreto nº 35.067/2022;

12.5.4.1. Quando solicitado pela Administração, a comprovação da reserva de cargo poderá se dar da seguinte forma:

I – realização de processos seletivos;

II – divulgação ampla das oportunidades de vagas em meios acessíveis, tais como: internet, rádio, televisão, jornais de grande circulação;

III – programas de inclusão promovidos pela licitante;

IV – parcerias com entidades especializadas na busca ativa por candidatos que se enquadrem nas condições previstas neste subitem.

12.5.4.2. É admissível outros meios legais de prova que demonstrem esforços concretos para o preenchimento das vagas de que trata o subitem 12.5.4.

12.5.5. Desenvolve programa de integridade nos termos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, quando for o caso.

12.5.6. O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou a sociedade cooperativa que cumpra os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021;

12.5.6.1. No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

12.5.6.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “*não*” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que seja microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

12.6. A falsidade das declarações de que tratam os subitens 12.5.1 ao 12.5.6 acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, e neste Edital.

12.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas no sistema até a abertura da sessão pública.

12.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

13. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

13.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento no sistema eletrônico do campo, valor unitário ou desconto;

13.1.1. Os preços globais deverão ser expressos em reais, com até 2 (duas) casas decimais.

13.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

13.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

13.4. Os preços ofertados, tanto na proposta eletrônica, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

13.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

13.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

13.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, e quando for o caso, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual.

13.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

13.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos pela Administração.

13.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do contratado ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento ou sobrepreço na execução do contrato.

14. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital, vedada a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

14.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

14.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

14.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar os lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

14.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário.

14.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.

14.7. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

14.8. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema, conforme disposto no § 3º do art. 37 do Decreto nº 35.067/2022.

14.9. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor unitário inferior ao último por eles ofertados e registrados pelo sistema.

14.10. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,01% (um centésimo por cento), utilizando como referência **o valor unitário do item**.

14.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

14.11.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

14.11.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

14.12. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo licitante durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado por ele mesmo no sistema.

14.13. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 14.11 possuirá caráter sigiloso para os demais licitantes e para o pregoeiro, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

14.14. Será adotado o modo de disputa **“aberto e fechado”** no qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

14.14.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

14.14.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

14.14.3. O licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

14.14.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas no subitem 14.14.2, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado o disposto no subitem 14.14.3.

14.14.5. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

14.14.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances na ordem crescente, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 35.067/2022.

14.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

14.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances ao pregoeiro nem aos demais participantes.

14.17. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, sem prejuízos dos atos realizados.

14.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

14.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

14.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

14.20.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

14.20.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

14.20.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

14.20.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem anterior, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

14.21. Só poderá haver empate entre propostas iguais, não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

14.22. Em caso de empate entre duas ou mais propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

14.22.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta ou lance em ato contínuo à classificação;

14.22.2. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;

14.22.3. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, comprovado mediante a apresentação do Selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei Federal nº 14.682, de 20 de setembro de 2023 ou por quaisquer outros selos que representem ações de equidade entre homens e mulheres, criados pelos Estados e/ou Distrito Federal.

14.22.4. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme as diretrizes estabelecidas pela Controladoria-Geral do Estado ou, em sua ausência, pela Controladoria-Geral da União para as empresas privadas.

14.23. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

14.23.1. Empresas estabelecidas no território do Estado do Ceará;

14.23.2. Empresas brasileiras;

14.23.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

14.23.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

14.24. Permanecendo empate após aplicação de todos os critérios de desempate de que trata a lei, proceder-se-á o sorteio das propostas empatadas, pelo sistema Compras.gov.br, conforme Acórdão TCU nº 723/2024 Plenário.

14.24.1. Na impossibilidade do sorteio pelo sistema Compras.gov.br, serão adotadas as seguintes providências, a ser realizado em ato público:

I – Será comunicado, por meio do sistema, a data, o horário, o sítio eletrônico onde será realizado o sorteio, bem como a plataforma de transmissão ao vivo;

II – A data e o horário serão comunicados no prazo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a realização do sorteio;

III – O resultado do sorteio será registrado na ata da sessão pública, divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.25. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

14.25.1. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

14.25.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

14.25.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

14.26. A proposta deverá conter todas as especificações do objeto em atendimento ao Anexo I – Termo de Referência.

14.27. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado para no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável uma vez, por igual período, na forma do art. 49 do Decreto Estadual nº 35.067/2022, após a negociação realizada, anexar a proposta adequada ao último lance por ele ofertado.

14.28. O prazo de validade da proposta readequada não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data da sua apresentação.

15. DA FASE DE JULGAMENTO

15.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, observado o previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 9.5 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

I – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF);

II – Certificado de Registro Cadastral (CRC) CE;

III – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>); e

IV – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>).

15.1.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429/1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

15.2. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte da empresa apontada no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

15.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

15.3. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

15.4. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

15.5. As decisões do pregoeiro se darão baseadas nos pareceres e laudos, nos termos previstos no subitem 10.2.1, deste Edital.

15.6. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

15.7. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo disposto no subitem 14.27 deste Edital.

15.8. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

15.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao referido benefício.

15.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

15.11. Será desclassificada a proposta vencedora que:

15.11.1. Contiver vícios insanáveis;

15.11.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

15.11.3. Apresentar preços inexecutáveis ou permanecerem acima do preço máximo ao definido para a contratação. No caso de agrupamento de itens, a proposta final para o grupo não poderá conter item com valor superior ao estimado pela Administração;

15.11.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

15.11.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

15.12. A ausência de documentos possíveis de ser verificados em sites oficiais, não é motivo de desclassificação.

15.13. A inexecutabilidade da proposta possui caráter relativo, de modo que o seu reconhecimento não deverá ocorrer de forma sumária. Conforme disposto no art. 55 do Decreto Estadual nº 35.067/2022 (alterado pelo art. 1º do Decreto Estadual nº 36.863/2025) e em conformidade com o art. 59, III e § 2º da Lei nº 14.133/2021, a inviabilidade da oferta somente será confirmada após diligência da(s) área(s) técnica e/ou jurídica do órgão ou entidade promotora da licitação, que comprove:

I – que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

II – inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

16. DA FASE DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos previstos no subitem 12 do Anexo I – Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei Federal nº 14.133/2021.

16.2. A habilitação será verificada por meio do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, do Governo Federal ou do Certificado de Registro Cadastral (CRC) emitido pela Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), do Estado do Ceará, nos documentos de habilitação por eles abrangidos.

16.3. A verificação no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) ou a exigência dos documentos nele não contidos, somente será feita em relação ao licitante provisoriamente vencedor.

16.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

16.5. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação previstas neste Edital.

16.6. Constatada a existência de sanção e/ou eventual descumprimento das condições de participação, o pregoeiro reputará o licitante inabilitado.

16.7. Os documentos de habilitação deverão ser apresentados ou pela matriz ou pela filial que estiver participando do certame, com exceção dos documentos que são válidos tanto para matriz como para as filiais como é o caso dos atestados de capacidade técnica. O contrato será celebrado com a sede que apresentou a documentação.

16.8. O documento obtido através de sítios oficiais, que esteja condicionado à aceitação via internet, terá sua autenticidade verificada pelo pregoeiro.

16.9. Os documentos têm que se encontrar dentro do prazo de validade. Na hipótese de o documento não constar expressamente a validade, este deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre sua validade. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua emissão, quando se tratar de documentos referentes à habilitação fiscal e econômico-financeira.

17. DOS RECURSOS

17.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis em momento único, contados da data de intimação ou de lavratura da ata de julgamento da proposta, ou da habilitação ou inabilitação, conforme disposto no § 1º do art. 95 do Decreto nº 35.067/2022.

17.3. Quando a decisão do pregoeiro importar em abertura de prazo recursal, será comunicada a retomada da sessão pública com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, no sítio eletrônico utilizado para realização do certame.

17.3.1. Qualquer licitante poderá, durante o prazo de 10 (dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, conforme disposto no caput do art. 95 do Decreto nº 35.067/2022.

17.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

17.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

17.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

17.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do

recurso, conforme §2º do mesmo art. 95 citado acima, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

17.7.1. Caso o licitante entenda ser necessário o envio de documentos complementares para melhor entendimento das suas razões e/ou contrarrazões de recurso, deverá disponibilizar um *link* no corpo da peça, de maneira que os referidos documentos sejam de acesso livre ao pregoeiro e demais interessados.

17.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

17.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

17.10. Não serão conhecidos os recursos intempestivos e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo licitatório para responder pelo proponente.

17.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), naquilo que lhes couber e na Central de Licitações no endereço constante no subitem 7.1 deste Edital.

18. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

18.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o licitante que, com dolo ou culpa:

18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

18.1.2.4. Apresentar proposta em desacordo com as especificações do Edital.

18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

18.1.3.1. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

18.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

18.1.5. Fraudar a licitação;

18.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

18.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

18.1.6.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;

18.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa;

18.2.3. Impedimento de licitar e contratar e

18.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

18.4. A sanção de multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado, conforme §3º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

18.5. A multa será recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

18.6. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, a multa será de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato licitado.

18.7. Para as infrações previstas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, a multa será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato licitado.

18.8. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

18.9. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

18.10. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

18.11. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos subitens 18.1.4, 18.1.5, 18.1.6, 18.1.7 e 18.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos subitens 18.1.1, 18.1.2 e 18.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

18.12. O licitante recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do órgão contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

19. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

19.1. A adjudicação do objeto e a homologação da licitação são de responsabilidade da autoridade superior.

19.2. O sistema gerará o relatório de disputa e de adjudicação e homologação.

20. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. O sistema gerará ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

20.2. Para efeito de homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as condições previstas no art. 11 do Decreto nº 35.323/2023, inclusive em relação a formação do cadastro reserva e demais licitantes classificados na licitação.

20.3. Após a homologação do resultado da licitação, os preços ofertados pelos licitantes vencedores dos itens, serão registrados na Ata de Registro de Preços, elaborada conforme o anexo III deste Edital, pelo valor unitário do item.

20.4. Os licitantes classificados em primeiro lugar terão o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, para comparecerem perante o gestor a fim de assinarem a Ata de Registro de Preços, sob pena de decair do direito à contratação, e sem prejuízo das sanções previstas no Edital, podendo o prazo de comparecimento ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela administração.

20.5. A Ata de Registro de Preços poderá ser assinada por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

20.6. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva e dos demais classificados da licitação será julgada pelo pregoeiro, conforme §3º do art. 11 do Decreto nº 35.323/2023.

20.7. A Secretaria da Saúde será o órgão gestor da Ata de Registro de Preços de que trata este Edital.

20.8. A Ata de Registro de Preços, elaborada conforme anexo III, será assinada pelo titular da Secretaria da Saúde, órgão gestor do Registro de Preços ou, por delegação, por seu substituto legal, e pelos representantes de cada um dos licitantes legalmente credenciados e identificados.

20.9. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

20.10. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão divulgados no Portal de Compras do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), e ficarão disponibilizados, por, no mínimo, a vigência da ata de registro de preços.

20.11. A Ata de Registro de Preços uma vez lavrada e assinada, não obriga a Administração a firmar as contratações que dela poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de licitação específica, desde que devidamente motivada, sendo assegurado ao detentor do registro de preços a preferência em igualdade de condições.

20.12. O participante do SRP (Sistema de Registro de Preços), quando necessitar, efetuará serviços junto aos detentores de preços registrados, de acordo com os quantitativos e especificações previstos, durante a vigência da Ata.

20.13. Os detentores de preços registrados ficarão obrigados a fornecer o objeto licitado aos órgãos e entidades participantes do SRP (Sistema de Registro de Preços), nos prazos, quantidades e demais condições definidas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital.

20.14. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por órgão ou entidade de outros entes federativos, como órgãos e entidades interessados, mediante consulta prévia ao órgão gestor do registro de preços, conforme disciplina o art. 20 do Decreto nº 35.323/2023.

20.15. Os órgãos e entidades interessados, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gestor do Registro de Preços, o qual indicará o prestador de serviço e o preço a ser praticado.

20.15.1. As contratações decorrentes da utilização da Ata de Registro de Preços de que trata este subitem não poderão exceder, por órgão e entidades interessados, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório, registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

20.15.2. O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços a que se refere o subitem anterior, não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos e entidades interessados que aderirem.

20.15.3. Os órgãos e entidades interessados deverão efetivar a contratação em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização do órgão gestor do registro de preços, observado o prazo de vigência da ata.

20.15.4. A comunicação ao gestor do registro de preços acerca do cumprimento do prazo previsto no subitem 20.15.3 será providenciada pelo órgão e entidades interessadas até o quinto dia útil após a contratação.

20.15.5. O órgão gestor do registro de preços não autorizará a adesão à ata de registro de preços para contratação separada de itens de objeto adjudicado por preço global para os quais o detentor do registro não tenha apresentado o menor preço.

20.16. Caberá ao órgão gestor do Registro de Preços, para utilização da Ata por órgãos e entidades interessados da Administração Pública, proceder a indicação do licitante detentor do preço registrado, obedecida à ordem de classificação.

20.17. O detentor de preços registrados que descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, terá o seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos incisos I a IX do art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

20.18. Os preços registrados poderão ser revistos a qualquer tempo em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos itens registrados, observado o constante no art. 23 do Decreto nº 35.323/2023.

20.19. O Órgão Gestor convocará o detentor do preço registrado para negociar o preço e adequá-lo ao preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado está acima do preço de mercado.

20.19.1. Não havendo êxito nas negociações, o gestor da Ata poderá convocar os demais licitantes classificados, podendo negociar os preços de mercado, ou cancelar o item, ou ainda revogar a Ata de Registro de Preços.

20.20. Serão considerados preços de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Administração para os itens registrados.

20.21. As alterações registradas, oriundas de revisão dos preços ou da marca ou modelo do item registrado, serão publicadas no Diário Oficial do Estado e na página oficial do Governo do Estado na internet.

20.22. As demais condições contratuais se encontram estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência e IV – Minuta do Termo de Contrato, parte integrante deste Edital.

20.23. As quantidades previstas no Anexo I – Termo de Referência deste Edital, são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Administração, através do órgão e entidade participante, o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário ou mesmo abster-se de adquirir o item especificado.

21. DA CONTRATAÇÃO

21.1. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da convocação, para a assinatura do contrato. Este prazo poderá ser prorrogado uma vez por igual período, desde que solicitado durante o seu transcurso e, ainda assim, se devidamente justificado e aceito.

21.1.1. O contrato poderá ser assinado por certificação digital, com autenticidade reconhecida pelo ICP-Brasil.

21.2. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação exigidas neste edital, as quais deverão ser mantidas pelo contratado durante todo o período da contratação, bem como a apresentação do Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pela

Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará, conforme inciso I do art. 25 do Decreto nº 35.322/2023 e, quando for o caso, o comprovante do recolhimento da garantia de execução, conforme estabelecido no item 6.2, do Termo de Referência.

21.3. Na hipótese de sociedades Empresárias Estrangeiras, estas deverão apresentar, conforme o caso, o registro perante a entidade profissional competente no Brasil, no momento da contratação, conforme §7º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

21.4. **Será exigida, ainda, a comprovação de abertura de conta no Banco BRADESCO.**

21.5. Quando o adjudicatário não comprovar as condições habilitatórias consignadas neste Edital, ou se recusar a assinar o contrato, poderá ser convidado outro licitante pelo pregoeiro, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato.

21.6. A forma de pagamento, prazo contratual, obrigações, reajuste, recebimento e demais condições aplicáveis à contratação estão definidas, conforme o caso, nos Anexos I e IV – Termo de Referência e Minuta do Termo de Contrato, partes integrantes deste Edital.

21.7. Da Subcontratação

21.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

21.8. Da Garantia contratual

21.8.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a contratação.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.2. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.3. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-ão os dias de início e incluir-se-ão os dias de vencimento. Os prazos estabelecidos neste Edital para a fase externa se iniciam e se vencem somente nos dias e horários de expediente da Central de Licitações. Os demais prazos se iniciam e se vencem exclusivamente em dias úteis de expediente do contratante.

22.5. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.5.1. Erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, serão sanados pelo pregoeiro mediante decisão em despacho fundamentado, registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação, conforme inciso VIII do art. 24, o § 4º do art. 75 e o inciso V do art. 98, todos do Decreto Estadual nº 35.067/2022.

22.5.2. Considera-se, dentre outros, erro no preenchimento da proposta, passível de correção, os erros aritméticos, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

22.6. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

22.7. É facultada ao pregoeiro ou a entidade demandante, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo licitatório, observado o disposto no item 12.3 deste Edital.

22.8. O descumprimento de prazos estabelecidos neste Edital ou o não atendimento às diligências realizadas pelo pregoeiro ou pela entidade contratante, ensejará DESCLASSIFICAÇÃO ou INABILITAÇÃO do licitante.

22.9. Toda a documentação fará parte dos autos e não será devolvida a licitante, ainda que se trate de originais.

22.10. Os representantes legais dos licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, nos termos da legislação pertinente.

22.12. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste Edital será o da Comarca de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará.

22.13. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência

ANEXO II – Carta Proposta

ANEXO III – Minuta da Ata de Registro de Preços

ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato

Fortaleza/CE, 31 de julho de 2026

ILUSKA DE ALENCAR SALGADO BARBOSA

ORDENADORA DE DESPESAS

Analisado e aprovado o processo da contratação pela assessoria jurídica

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

NUP 24001.092717/2025-94

UNIDADE REQUISITANTE: SESA/ CENTROS ODONTOLÓGICOS (CEO) - CEO CENTRO, CEO JOAQUIM TÁVORA E CEO RODOLFO TEÓFILO

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para futuros e eventuais **serviços especializados de laboratório de prótese dentária**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos neste Termo.

1.2. Este objeto será realizado através de licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, sob regime de execução indireta EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

2. DAS ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1: SERVIÇOS DE PRÓTESES/ APARELHOS ORTODÔNTICOS E ORTOPÉDICOS

GRUPO 1: SERVIÇOS DE PRÓTESES/ APARELHOS ORTODÔNTICOS E ORTOPÉDICOS						
ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL/ ANUAL
01	2073295	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ARCO LINGUAL DE NANCE FIXO, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 171,7000	R\$ 16.483,20
02	20733010	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE ARCO LINGUAL DE NANCE REMOVÍVEL, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 151,5000	R\$ 14.544,00
03	2073046	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE APARELHO BI HELIX, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 242,4000	R\$ 23.270,40
04	2073225	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE APARELHO QUADRI HELIX, UNIDADE 1.0 MEDIDA	SERVIÇO	96	R\$ 272,7000	R\$ 26.179,20
05	20733110	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BARRA TRANSPALATINA 3D, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 257,5500	R\$ 24.724,80
06	2073056	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE APARELHO BIONATOR DE BALTERS, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 222,2000	R\$ 21.331,20
07	20733210	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE	SERVIÇO	96	R\$ 191,9000	R\$ 18.422,40

		CONFECÇÃO DE BOTÃO DE NANCE, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço				
08	20733310	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE BOTÃO DE NANCE MODIFICADO, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 196,9500	R\$ 18.907,20
09	2073484	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE DISJUNTOR PALATINO HASS OU HIRAX CONVENCIONAL, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 282,8000	R\$ 27.148,80
10	2073494	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE DISJUNTOR PALATINO HASS OU HIRAX CONVENCIONAL COM GANCHO PARA MASCARA, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 282,8000	R\$ 27.148,80
11	20733410	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE DISJUNTOR PALATINO HASS OU HIRAX MODIFICADO PARA DENTIÇÃO MISTA OU DECÍDUA, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 282,8000	R\$ 27.148,80
12	20733510	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE DISJUNTOR PALATINO HASS OU HIRAX MODIFICADO PARA DENTIÇÃO MISTA OU DECÍDUA COM GANCHO PARA MASCARA, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 282,8000	R\$ 27.148,80
13	2073509	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE DISJUNTOR PALATINO HIRAX COM PARAFUSO, BORBOLETA, ARANHA, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 282,8000	R\$ 27.148,80
14	20733610	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE DISJUNTOR PALATINO HIRAX COM PARAFUSO, BORBOLETA, ARANHA COM GANCHO PARA MÁSCARA, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 282,8000	R\$ 27.148,80
15	2072585	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA EXPANSORA, UNIDADE 1.0 MEDIDA	SERVIÇO	96	R\$ 277,7500	R\$ 26.664,00

		Comprasnet: Unidade = Serviço				
16	2072595	SERVIÇO DE CONFECCÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECCÃO DE PLACA EXPANSORA COM BOTÃO NASAL, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 287,8500	R\$ 27.633,60
17	2073454	SERVIÇO DE CONFECCÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECCÃO DE PLANO INCLINADO, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	72	R\$ 252,5000	R\$ 18.180,00
18	2073235	SERVIÇO DE CONFECCÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECCÃO DE CONTENÇÃO FIXA INFERIOR NÃO HIGIÊNICA, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 121,2000	R\$ 11.635,20
19	2073245	SERVIÇO DE CONFECCÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECCÃO DE CONTENÇÃO FIXA SUPERIOR, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 141,4000	R\$ 13.574,40
20	2073255	SERVIÇO DE CONFECCÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECCÃO DE CONTENÇÃO FIXA SUPERIOR OU INFERIOR COM DENTE, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 146,4500	R\$ 14.059,20
21	2073434	SERVIÇO DE CONFECCÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECCÃO DE PLACA DE HAWEY, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 161,6000	R\$ 15.513,60
22	2073414	SERVIÇO DE CONFECCÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECCÃO DE PLACA DE CONTENÇÃO REMOVÍVEL COM DENTE, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 166,6500	R\$ 15.998,40
23	2073265	SERVIÇO DE CONFECCÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECCÃO DE APARELHO DE FRANKEL, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 212,1000	R\$ 20.361,60
24	2073190	SERVIÇO DE CONFECCÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECCÃO DE APARELHO DE KLAMMT, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 247,4500	R\$ 23.755,20
25	2073275	SERVIÇO DE CONFECCÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECCÃO DE	SERVIÇO	96	R\$ 247,4500	R\$ 23.755,20

		APARELHO PENDULUM, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço				
26	2072714	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – APARELHO T-REX (EXPANSOR + PENDEX), UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 222,2000	R\$ 21.331,20
27	2072953	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – EXPANSOR INFERIOR DE NEGAN, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 242,4000	R\$ 23.270,40
28	2073444	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA SCHWATZ, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 267,6500	R\$ 25.694,40
29	2073036	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE APARELHO BALLESTER, LEVANTAMENTO DE MORDIDA FIXA, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 232,3000	R\$ 22.300,80
30	2073215	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE APARELHO PROGÊNICO, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 252,5000	R\$ 24.240,00
31	2072744	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – ARCO PALATINO FIXO COM BARRA PALATINA, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 212,1000	R\$ 20.361,60
32	2072565	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA DE LEVANTAMENTO MORDIDA PARCIAL, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 222,2000	R\$ 21.331,20
33	2072575	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA DE LEVANTAMENTO MORDIDA TOTAL, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 222,2000	R\$ 21.331,20
34	2073474	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE DISJUNTOR HIRAX COM GRADE, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 282,8000	R\$ 27.148,80
35	2073464	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE DISJUNTOR DE MCNAMARA,	SERVIÇO	96	R\$ 282,8000	R\$ 27.148,80

		UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço				
36	20733910	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA DE ACETATO PARA CONTENÇÃO 1 OU 1,5 MM, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 121,2000	R\$ 11.635,20
37	2073404	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA DE CONTENÇÃO ARCO CONTÍNUO COM SOLDA, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 191,9000	R\$ 18.422,40
38	2072555	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PLACA DE HAWLEY COM GRADE, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 176,7500	R\$ 16.968,00
39	20726410	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE SPLINT MAXILAR THUROW, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 262,6000	R\$ 25.209,60
40	20726310	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE SPLINT MAXILAR COM GRADE THUROW, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 262,6000	R\$ 25.209,60
41	20733710	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE EXPANSOR DE WILLIAMS, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 252,5000	R\$ 24.240,00
42	2073205	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE APARELHO PLANAS, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	72	R\$ 242,4000	R\$ 17.452,80
43	2073285	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE APARELHO TWIN BLOCK, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	72	R\$ 252,5000	R\$ 18.180,00
44	2072704	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – AJUSTES EM PEÇAS PROTÉTICAS, APARELHOS ORTODÔNTICOS E ORTOPÉDICOS, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	96	R\$ 116,1500	R\$ 11.150,40
45	2073170	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – REPETIÇÃO DE	SERVIÇO	230	R\$ 171,7000	R\$ 39.491,00

		ETAPAS LABORATORIAIS OU DE PEÇAS PROTÉTICAS, APARELHOS ORTODÔNTICOS E ORTOPÉDICOS, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço				
--	--	--	--	--	--	--

GRUPO 2 – SERVIÇOS LABORATORIAIS DE PRÓTESE TOTAL

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL/ANUAL
46	2072839	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE MOLDEIRA INDIVIDUAL PARA PRÓTESE TOTAL MAXILAR OU MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	1.308	R\$ 141,4000	R\$ 184.951,20
47	2072754	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DA PLACA BASE EM RESINA ACRÍLICA E POSICIONAMENTO EM PLANO DE CERA PARA PRÓTESE TOTAL MAXILAR OU MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	1.308	R\$ 161,6000	R\$ 211.372,80
48	2072963	SERVIÇO DE CONFECCAO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – MONTAGEM DE DENTES PARA PRÓTESE TOTAL MAXILAR OU MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	1.308	R\$ 217,1500	R\$ 284.032,20
49	20726910	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – ACRILIZAÇÃO, ACABAMENTO E POLIMENTO DE PRÓTESE TOTAL MAXILAR OU MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	1.308	R\$ 222,2000	R\$ 290.637,60
50	2073424	SERVIÇO DE CONFECCAO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – REEMBASAMENTO EM PRÓTESE TOTAL MAXILAR OU MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	596	R\$ 151,5000	R\$ 90.294,00
51	2073076	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE PRÓTESE TOTAL IMEDIATA MAXILAR OU MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	684	R\$ 494,5875	R\$ 338.297,85
52	2073086	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE PRÓTESE TOTAL TEMPORÁRIA MAXILAR OU MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	492	R\$ 338,3500	R\$ 166.468,20
53	2073673	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE AJUSTES EM PEÇAS PROTÉTICAS, PRÓTESES REMOVÍVEIS TOTAL, UNIDADE 1.0 MEDIDA	SERVIÇO	838	R\$ 181,8000	R\$ 152.348,40

54	2073693	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – REPETIÇÃO DE ETAPAS LABORATORIAIS OU DE PEÇAS PROTÉTICAS. PRÓTESES REMOVÍVEIS; PARCIAL OU TOTAL, UNIDADE. 10 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	574	R\$ 146,4500	R\$ 84.062,30
----	---------	---	---------	-----	--------------	---------------

Grupo 3 – SERVIÇOS LABORATORIAIS DE PRÓTESE PARCIAL REMOVÍVEL

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL/ANUAL
55	2073917	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFECÇÃO DE FUNDIÇÃO DE GRADES METÁLICAS EM CROMO COBALTO, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	1.564	R\$ 297,9500	R\$ 465.993,80
56	2073120	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFECÇÃO E FUNDIÇÃO DE GRADES METÁLICAS EM CROMO COBALTO COM BARRA PLATINA, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	730	R\$ 297,9500	R\$ 217.503,50
57	2073110	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFECÇÃO E FUNDIÇÃO DE CONTRA-PLACA OU LEVANTAMENTO EM METAL, EM CROMO COBALTO MAXILAR, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	344	R\$ 313,4625	R\$ 107.831,10
58	2072973	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – MONTAGEM DE DENTES SOBRE GRADE MAXILAR OU MANDIBULAR, UNIDADE 1,0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	1.938	R\$ 196,9500	R\$ 381.689,10
59	2073150	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – ENCERRAMENTO, ESCULTURA, INCLUSÃO, PRENSAGEM E POLIMERIZAÇÃO, ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESINA E DENTES SOBRE GRADE METÁLICA MAXILAR OU MANDIBULAR, UNIDADE 1,0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	2.338	R\$ 207,0500	R\$ 484.082,90
60	2073663	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – SERVIÇO DE AJUSTES EM PEÇAS PROTÉTICAS, PRÓTESES REMOVÍVEIS PARCIAL, UNIDADE 1.0 MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	2.088	R\$ 196,9500	R\$ 411.231,60
61	2073683	SERVIÇO DE CONFECÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – REPETIÇÃO DE ETAPAS LABORATORIAIS OU DE PEÇAS PROTÉTICAS, PRÓTESES REMOVÍVEIS PARCIAL, UNIDADE 1.0 MEDIDA	SERVIÇO	774	R\$ 176,7500	R\$ 136.804,50

Grupo 4 – SERVIÇOS LABORATORIAIS DE PRÓTESES FIXAS: UNITÁRIA E PONTE FIXA

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL/ ANUAL
62	2073160	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – FUNDIÇÃO DE NÚCLEO METÁLICO, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	672	R\$ 171,7000	R\$ 115.382,40
63	2072794	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE CASQUETE EM METAL SOBRE NÚCLEO, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	672	R\$ 181,8000	R\$ 122.169,60
64	2072784	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE CASQUETE EM METAL SOBRE IMPLANTE, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	60	R\$ 196,9500	R\$ 11.817,00
65	2072734	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – APLICAÇÃO, ALISAMENTO, POLIMENTO E VITRIFICAÇÃO DE PORCELANA NO CASQUETE SOBRE IMPLANTE, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	60	R\$ 247,4500	R\$ 14.847,00
66	2072724	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – APLICAÇÃO, ALISAMENTO, POLIMENTO E VITRIFICAÇÃO DE CERÂMICA SOBRE CASQUETES, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	672	R\$ 247,4500	R\$ 166.286,40
67	2072809	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE COROA PROVISÓRIA EM RESINA, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	1.092	R\$ 166,6500	R\$ 181.981,80
68	20726510	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – PRÓTESE ADESIVA POR ELEMENTO, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	360	R\$ 297,9500	R\$ 107.262,00
69	20726010	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE PONTE FIXA POR ELEMENTO, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	360	R\$ 429,2500	R\$ 154.530,00
70	2073026	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO - SERVIÇO DE AJUSTES EM PEÇAS PROTÉTICAS, PRÓTESE FIXA, UNITÁRIA E PONTE FIXA, UNIDADE 1.0 MEDIDA Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	378	R\$ 191,9000	R\$ 72.538,20
71	2072993	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – REPETIÇÃO DE ETAPAS LABORATORIAIS OU DE PEÇAS PROTÉTICAS – PRÓTESE FIXA: UNITÁRIA E PONTE FIXA, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA.	SERVIÇO	378	R\$ 181,8000	R\$ 68.720,40

		Comprasnet: Unidade = Serviço				
--	--	-------------------------------	--	--	--	--

Grupo 5 – SERVIÇOS LABORATORIAIS DE PRÓTESES SOBRE IMPLANTES

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL/ANUAL
72	2072774	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE BARRA PROTOCOLO MAXILAR, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	60	R\$ 858,5000	R\$ 51.510,00
73	2072764	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE BARRA PROTOCOLO MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	60	R\$ 858,5000	R\$ 51.510,00
74	2073130	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE SOLDA EM BARRA PROTOCOLO MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	120	R\$ 454,5000	R\$ 54.540,00
75	2073140	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE SOLDA EM BARRA PROTOCOLO MAXILAR, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	120	R\$ 454,5000	R\$ 54.540,00
76	2072829	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE GUIA CIRÚRGICA MAXILAR, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	60	R\$ 272,7000	R\$ 16.362,00
77	2072819	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE GUIA CIRÚRGICA MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	60	R\$ 272,7000	R\$ 16.362,00
78	20726210	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE PRÓTESES PROTOCOLO MAXILAR, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	60	R\$ 1.666,5000	R\$ 99.990,00
79	20726110	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE PRÓTESES PROTOCOLO MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	60	R\$ 1.666,5000	R\$ 99.990,00
80	2073016	AJUSTES EM PEÇAS PROTÉTICAS – PRÓTESE SOBRE IMPLANTES, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	120	R\$ 196,9500	R\$ 23.634,00
81	2073180	REPETIÇÃO DE ETAPAS LABORATORIAIS OU DE PEÇAS PROTÉTICAS.- PRÓTESE SOBRE IMPLANTES, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	120	R\$ 363,6000	R\$ 43.632,00

Grupo 6. SERVIÇOS LABORATORIAIS DE PRÓTESES OCLUSAIS.

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL/ ANUAL
82	2073066	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE PLACA MIORELAXANTE EM RESINA ACRÍLICA, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	1.788	R\$ 292,9000	R\$ 523.705,20
83	2072859	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE PLACA DE CLAREAMENTO MAXILAR. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	160	R\$ 111,1000	R\$ 17.776,00
84	2072849	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – CONFEÇÃO DE PLACA DE CLAREAMENTO MANDIBULAR, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	160	R\$ 111,1000	R\$ 17.776,00
85	2073006	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – AJUSTES EM PEÇAS PROTÉTICAS PLACAS OCLUSAIS, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	1.788	R\$ 116,1500	R\$ 207.676,20
86	2072983	SERVIÇO DE CONFEÇÃO E MANUTENÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO – REPETIÇÃO DE ETAPAS LABORATORIAIS OU DE PEÇAS PROTÉTICAS-PLACAS OCLUSAIS, UNIDADE 1.0 DE MEDIDA. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	522	R\$ 222,2000	R\$ 115.988,40

Grupo 7 – SERVIÇOS LABORATORIAIS DE CONFEÇÃO DE MODELOS DE GESSO E TROQUEIS

ITEM	CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL/ ANUAL
87	20733810	Serviço de confecção e manutenção de material odontológico – Serviço de confecção de modelo para prótese parcial e total, unidade 1.0 de medida. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	23.088	R\$ 35,3500	R\$ 816.160,80
88	2073100	Serviço de confecção e manutenção de material odontológico – confecção de troquel articulado maxilar, unidade 1.0 de medida. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	7.372	R\$ 25,2500	R\$ 186.143,00
89	2073096	Serviço de confecção e manutenção de material odontológico – confecção de troquel articulado mandibular, unidade 1.0 de medida. Comprasnet: Unidade = Serviço	SERVIÇO	7.380	R\$ 25,2500	R\$ 186.345,00

2.1. Havendo divergências entre as especificações do Edital e seus anexos e as do sistema, prevalecerão as do edital em todas as suas cláusulas.

3. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA E DO CONTRATO E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

3.2. O prazo de vigência do contrato é de 01 (um) ano, contado do a partir da publicação, na forma do art. 106, da Lei nº 14.133/2021, admitindo-se a prorrogação por até 10 (dez) anos, na forma do art. 107 da mesma lei.

3.2.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

3.2.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que possui características como essencialidade, execução de forma contínua, de longa duração e possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço. Entretanto, a lei exige “preços e condições mais vantajosas”. Assim, antes da prorrogação do contrato, deverá ser realizada pesquisa de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam mais vantajosos para a Administração.

4. DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. Objeto. Contratação de serviços laboratoriais especializados para confecção de próteses dentárias (totais, parciais removíveis, fixas e sobre implantes), placas oclusais, aparelhos ortodônticos e aparelhos de ortopedia funcional dos maxilares, em apoio às linhas de cuidado dos CEOs Centro, Joaquim Távora e Rodolfo Teófilo (SESA/CE).

4.2. Contexto assistencial. Os CEOs possuem capacidade clínica instalada e especialistas cadastrados no CNES, porém não dispõem de infraestrutura laboratorial própria adequada à fundição, usinagem, acabamento e polimento de metais/resinas/cerâmicas, tampouco de cargos de TPD/APD no quadro estadual. Os ambientes atuais são restritos a guarda e pequenos ajustes, inviabilizando a fabricação seriada com requisitos técnicos e de biossegurança.

4.3. Justificativa técnica.

4.3.1 Demanda epidemiológica e programática: necessidade de prótese em adultos e idosos, prevalência de oclusopatias em crianças e adolescentes e de DTM na população, demandando placas oclusais.

4.3.2 Demanda reprimida (Fortaleza, 04/08/2025): 30.064 pessoas em fila para prótese (18.100 PPR; 5.260 PT; 6.704 PF); 5.858 crianças/adolescentes aguardando Ortodontia/Ortopedia Funcional; 3.815 pessoas para DTM.

4.3.3 Capacidade clínica diferente de capacidade produtiva: o empecilho é laboratorial, comprometendo a conclusão dos tratamentos.

4.4. Riscos da não contratação. Descontinuidade assistencial; não alcance de metas do PES 2024–2027; judicialização com multas diárias e custos extraordinários; piora de indicadores.

Solução proposta. Terceirização da etapa laboratorial, por licitação, com fornecimento das peças conforme especificações técnicas, incluindo:

4.4.1 Perda de registro, moldagens e/ou prova de peças protéticas ou aparelhos; fabricação analógica/digital; controle de qualidade; rastreabilidade; prazos de entrega; logística de coleta/retorno; assistência técnica e refações quando aplicáveis; atendimento às normas sanitárias e de segurança do trabalho.

4.5. Alinhamento institucional. A medida observa os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e continuidade do serviço público, é aderente ao Planejamento Estratégico SESA 2024–2027 e à Rede de Atenção à Saúde Bucal.

4.6. Resultados esperados. Redução de filas; conclusão oportuna dos planos terapêuticos;

melhoria de indicadores; mitigação da judicialização.

4.7. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Plurianual e com as diretrizes de logística sustentável, além de outros instrumentos de planejamento da Administração, definidos em regulamento do Poder Executivo Estadual, conforme art. 6º do Decreto Estadual nº 35.283/2023.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

5.1. A solução de contratação de laboratório de prótese dentária exige a descrição detalhada das especificações intrínsecas a cada produto e espera-se que no conjunto integrado dos serviços as peças protéticas de prova e as próteses, placas e aparelhos propriamente ditos, desde a etapa de confecção dos modelos até o produto final tenha justeza, registros precisos, adaptação às dimensões e formas pré-estabelecidas, sendo confeccionados com materiais e matéria prima de alta qualidade e que sigam as orientações técnicas e recomendações do Cirurgião Dentista responsável pelo atendimento clínico e orientações do Fiscal do Contrato, do Gestor do contrato e do Responsável Técnico.

5.2. No que se refere às especificações detalhadas dos serviços laboratoriais exige-se o seguimento das seguintes especificações técnicas:

5.2.1. Pela condição de execução imediata da 1ª. Etapa de todos os serviços, ou seja, a confecção de modelos em gesso e troqueis faz-se necessário a permanência de funcionário da Empresa nas dependências dos CEOs, uma vez que o tempo decorrido entre a execução da moldagem pelo Cirurgião Dentista e o vazamento, processamento e montagem do modelo em articulador pelo Técnico em Prótese Dentária ou Auxiliar em Saúde Bucal da Empresa é o fator determinante da justeza e precisão das etapas subsequentes e da condição da prótese, placa ou aparelho final;

5.2.2. A natureza dos serviços integrados – clínicos e laboratoriais sequenciais e a necessidade de confecção dos serviços laboratoriais, exceto os modelos ocorrer em ambiente externo requerem uma logística pré-determinada para o manuseio, transporte e armazenamento das peças protéticas, destacando-se que o transporte para o laboratório deve acontecer em caixas individuais com as peças envolvidas em plástico-bolha, com inclusão da comanda das especificações do Cirurgião Dentista, após o cadastramento no Sistema de Controle e Movimentação de Trabalhos Protéticos do CEO Centro, Joaquim Távora e Rodolfo Teófilo, bem como no Sistema próprio do laboratório, para garantia de preservação das características anatômicas e dos registros maxilomandibulares, a maioria em cera, que podem sofrer alteração sob efeitos de pressão ou temperatura;

5.2.3. Para monitoramento dos serviços laboratoriais o (s) Responsável (s) Técnico (s) do Laboratório e o Fiscal ou Gestor do Contrato nos CEOs farão a fiscalização/ avaliação física e de qualidade das peças, de forma solidária seguindo minimamente os critérios de controle de qualidade, permitindo espaço para adequações.

5.2.4. Especificamente, o controle de qualidade, instrumento matricial do desempenho dos serviços laboratoriais seguirá os descritivos e critérios apresentados nos Quadros 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, deste TR, destacando que o controle de qualidade dos itens de repetição e ajustes para todos os grupos seguirá a mesma metodologia, a saber:

5.2.4.1. Como os serviços laboratoriais seguem e/ ou antecedem os serviços clínicos podem ocorrer situações adversas, que venham a exigir repetições e ajustes de etapas ou de peças prontas, situações onde a mediação se dará entre o Cirurgião Dentista, os responsáveis técnicos dos CEOs e do Laboratório, com notificação ao Fiscal e ao Gestor do Contrato;

5.2.4.1.1. A repetição de etapas ou de peças prontas laboratoriais está vinculada à observância das recomendações e da comunicação estabelecida com o Cirurgião Dentista para quaisquer serviços contratados e este re-trabalho se justificará para cumprimento da qualidade e do prazo de garantia do serviço prestado, podendo sua realização está condicionada a falhas técnicas, de

comunicação ou danos/ fraturas nas peças protéticas;

5.2.4.2. Os ajustes em etapa ou peças concluídas estão vinculados à observância das recomendações e da comunicação estabelecida com o Cirurgião Dentista para quaisquer serviços contratados;

5.2.4.3. Se a repetição ou ajuste se fizerem necessários por falha/ inadequação do Cirurgião Dentista e de sua equipe ou da condição não controlada do usuário, o serviço será com ônus para a Contratante;

5.2.4.4. Nos casos de repetição ou ajuste por falha/ inadequação do laboratório, o serviço deverá ser realizado, com ônus para a contratada.

5.2.4.5. Para os demais itens de todos os Grupos, o controle de qualidade seguirá, minimamente, os critérios ora apresentados:

5.2.4.5.1. O Grupo 1 corresponderá a confecção de serviços laboratoriais de Aparelhos Ortodônticos e Ortopédicos, indicados para usuários na faixa etária entre 04 e 13 anos e 11 meses, para correção de maloclusões que dependem de uso contínuo e permanente de aparelhagem ortodôntica/ortopédica, fixa ou móvel, para usuários, com problemas ósseos, musculares e do controle de crescimento, cujo tratamento com tal aparelhagem promova melhorias na funcionalidade da arcada dentária e interferência positiva no crescimento crânio-facial, que justifique sua realização, como opção mais adequada, com fins de reabilitação oral. Os serviços deverão ser executados com ou sem demanda judicial e no material indicado para cada finalidade.

5.2.4.5.1.1. O Grupo 1 estará composto por 45 itens, do item 01 ao item 45, devidamente codificados, e a confecção da fase laboratorial, basicamente, está composta por três etapas integradas e realizadas em sequência: 1ª. Etapa: confecção de modelos; 2ª. Etapa: confecção de aparelhos ortodônticos e/ ou ortopédicos; 3ª. Etapa: serviços de repetição e ajuste, que tem execução vinculada à observância das recomendações e da comunicação estabelecida com o Cirurgião Dentista para quaisquer serviços contratados, conforme recomendação do item 6.2.4.

5.2.4.5.1.2. O controle de qualidade para os itens do Grupo 1 segue aos critérios do Quadro 4, a seguir:

Quadro 4 – Controle de qualidade para os itens do Grupo 1. Serviços laboratoriais de próteses/ aparelhos ortodônticos e ortopédicos funcionais dos maxilares. - CEO Centro

Item	Grupo 1. Serviços laboratoriais de Próteses/ Aparelhos Ortodônticos e Ortopédicos
1 – 45	A qualidade final dos aparelhos dependerá da confecção imediata e da precisão dos modelos de estudo e funcional, o que requer a confecção imediata após a fase clínica de moldagem e remete a permanência de um funcionário do laboratório na Sala de Gesso do CEO Centro.
	A confecção de aparelhos ortodônticos e ortopédicos, móveis ou fixos, deve seguir, rigorosamente, as recomendações do Cirurgião Dentista, respeitando: confecção e preparo adequado de modelos ortodônticos; confecção correta de molas; construção precisa de arcos vestibulares; uso adequado de técnicas de dobragem de fios; construção de alças, arcos e grampos; soldagem adequada; observação das fases de manipulação e de reação de polimerização das resinas; acrilização, acabamento e polimento e vitrificação das resinas e/ ou polimerização a frio e sob pressão, independente do tipo do aparelho.

5.2.4.5.2. O Grupo 2 corresponde a confecção de serviços laboratoriais de Próteses Totais – PT, que podem ser removidas pelo usuário no dia a dia, indicada pela ausência de todos os dentes, acrescido de serviços de repetição e ajustes.

5.2.4.5.2.1. O Grupo está composto por nove itens, do item 46 ao item 54, devidamente codificados, que correspondem aos aparelhos protéticos e/ ou etapas de serviços laboratoriais. A confecção destas próteses, basicamente, está composta por seis etapas laboratoriais integradas, realizadas em sequência, a saber: 1ª. Etapa: confecção laboratorial de modelos de estudo e funcional; 2ª. Etapa: confecção de moldeiras individuais; 3ª. Etapa: confecção de base da prótese e planos de orientação e registro; 4ª. Etapa: montagem de dentes; 5ª. Etapa: enceramento, acrilização, acabamento e polimento dos dentes, gengivas e palato artificiais, em resina; 6ª.

Etapa: serviços de repetição e ajuste, que tem execução vinculada à observância das recomendações e da comunicação estabelecida com o Cirurgião Dentista para quaisquer serviços contratados.

5.2.4.5.2.2. O controle de qualidade para os itens do Grupo 2 segue aos critérios do Quadro 5, a seguir:

Quadro 5 – Controle de qualidade para Grupo 2. Serviços laboratoriais de Prótese Total – CEO Centro, Joaquim Távora e Rodolfo Teófilo;

Item	Grupo 2. Serviços laboratoriais de Prótese Total
46-54	A qualidade final da Prótese Total dependerá da confecção imediata e da precisão dos modelos de estudo e funcional, o que requer a confecção imediata após a fase clínica de moldagem e remete a permanência de um funcionário do laboratório na Sala de Gesso dos CEOs.
	Análise da moldagem para vazamento do modelo inicial e confecção da moldeira individual.
	Para elaboração da moldeira individual, fôrma e cabo, observar o material sugerido pelo Cirurgião Dentista, verificando; a fase de polimerização, realizando na fase plástica; recorte adequado; acabamento, polimento e elaboração adequada de alvíos e isolamento e colocação de cabo resistente e em posição correta.
	Vazamento do modelo funcional ou definitivo em material sugerido pelo Cirurgião Dentista.
	Elaboração da placa base ou base provisória da dentadura com espessura homogênea e pode ser confeccionada, preferencialmente, em resina acrílica ou em policarbonato, de acordo com a indicação do Cirurgião Dentista, evitando deixá-la cortante, com arestas e observando o recorte do excesso lingual quando for placa base mandibular. Deve ter a melhor adaptação possível no modelo.
	O plano de orientação em cera deve conformar-se ao arco dental e adaptar-se perfeitamente sobre a base de prova, permitindo os registros das posições mandibulares e medidas faciais. Em alguns casos, de reabilitação pode ser necessário transferência dos registros e montagem em articulador semi-ajustável.
	Os determinantes da montagem de dentes são a estética, a fonética e a mecânica (oclusão), adquiridos a partir do: respeito ao alinhamento; à disposição; o posicionamento, seguindo a crista do rebordo alveolar; o enceramento; a delimitação do colo dos dentes; a escultura das papilas e a textura das gengivas.
	A qualificação técnica da acrilização, acabamento e do polimento dependerão: da qualidade do material utilizado; da observância de tempo e temperatura; do prazo de validade; do processo de trabalho, destacando a necessidade de bom isolamento, da justeza na inclusão em mufla; do correto respeito ao ciclo de polimerização e da remontagem correta. O acabamento requer cuidado na separação dentadura/ modelo e na eliminação de rebarbas. Já, o polimento deve permitir a manutenção da textura da gengiva, a eliminação de substâncias da superfície da gengiva e dos dentes e resultar numa superfície lisa e polida, favorecendo a higienização.
	A qualificação técnica do reembasamento se dá na medida em que se alcança maior adaptação da base da prótese ao rebordo alveolar, que continuamente está em processo de reabsorção. O resultado satisfatório do reembasamento dependerá fortemente do nível de justeza da base da prótese, que receberá o mínimo possível de polimento, apenas para remover o excesso de gesso, usando substâncias abrasivas e evitando o uso de brocas e/ ou outros instrumentos cortantes.
	A qualificação técnica da prótese imediata reúne condicionantes técnicos e uma relação dinâmica de atuação entre o Protésista, o Cirurgião Dentista e o laboratório, uma vez que deve responder pela substituição do (s) dente (s), removidos e imediata substituição por prótese, na mesma sessão clínica.
	O perfil técnico da prótese temporária é semelhante ao da prótese definitiva. O diferencial está na função, pois a prótese temporária, além de repor o (s) dente (s), deve permitir o uso e tempo de evolução para tratamentos mais prolongados, requerendo justeza, estética e boa funcionalidade.

5.2.4.5.3. O Grupo 3 corresponde a serviços laboratoriais de Próteses Parciais Removíveis, que podem ser removidas pelo usuário no dia a dia, classificando-as em Próteses Parciais Removíveis – PPR, para perdas parciais de dentes, acrescido de serviços de repetição e ajustes.

5.2.4.5.3.1. O Grupo 3 está composto por sete itens, do item 55 ao item 61, devidamente codificados, que correspondem aos aparelhos protéticos e/ ou etapas de serviços laboratoriais. A confecção destas próteses, basicamente, está composta por seis etapas laboratoriais integradas, realizadas em sequência, a saber: 1ª. Etapa: confecção laboratorial de modelos de estudo e funcional; 2ª. Etapa: fundição das grades de suporte e planos de sustentação dos dentes para as perdas parciais; 3ª. Etapa: montagem de dentes; 4ª. Etapa: enceramento, acrilização, acabamento e polimento dos dentes e gengivas artificiais, em resina; 5ª. Etapa: serviços de repetição e ajuste, que tem execução vinculada à observância das recomendações e da comunicação estabelecida com o Cirurgião Dentista para quaisquer serviços contratados.

5.2.4.5.3.2. O controle de qualidade para os itens do Grupo 3 segue aos critérios do Quadro 6, a seguir:

Quadro 6 – Controle de qualidade para o Grupo 3. Serviços laboratoriais de Próteses Parciais Removíveis. CEOs Centro, Joaquim Távora e Rodolfo Teófilo

Item	Grupo 3. Serviços laboratoriais de Próteses Parciais Removíveis.
55-61	A qualidade final das próteses dependerá da confecção imediata e da precisão dos modelos de estudo e funcional, o que requer a confecção imediata após a fase clínica de moldagem e remete a permanência de um funcionário do laboratório na Sala de Gesso dos CEOs.
	Análise da moldagem para vazamento do modelo, conforme orientações do Cirurgião Dentista.
	Análise do modelo e delineamento com base ou não no desenho proposto pelo Cirurgião Dentista; duplicação e uso do modelo de revestimento; escultura da estrutura metálica, em cera, seja convencional, com barra palatina, com contra-placa ou levantamento em metal para os casos de pouco suporte ou situações adversas no periodonto e dentes pilares de sustentação da prótese.
	Elaboração de plano de orientação em cera sobre a malha metálica para tomada dos registros de oclusão pelo Cirurgião Dentista; Montagem dos dentes artificiais em resina, observando os registros funcionais, o suporte da força mastigatória, o tamanho, forma e cor dos dentes e a estética/ beleza, supostamente, restabelecendo a estrutura anatômica original do usuário, de conformidade com a recomendação do Cirurgião Dentista.
	Os determinantes da montagem de dentes são a estética, a fonética e a mecânica (oclusão), adquiridos a partir do: respeito ao alinhamento; à disposição; o posicionamento, seguindo a crista do rebordo alveolar; o enceramento; a delimitação do colo dos dentes; a escultura das papilas e a textura das gengivas.
	A qualificação técnica da acrilização, do acabamento do polimento dependerão: da qualidade do material utilizado; da observância de tempo e temperatura; do prazo de validade do material; do processo de trabalho, destacando a necessidade de bom isolamento, da justeza na inclusão em mufla; do correto respeito ao ciclo de polimerização e da montagem correta. O acabamento requer cuidado na separação prótese/ modelo e na eliminação de rebarbas. Já, o polimento deve permitir a manutenção da textura da gengiva, a eliminação de substâncias da superfície da gengiva e dos dentes e resultar numa superfície lisa e polida, favorecendo a higienização.

5.2.4.5.4. O Grupo 4 corresponde aos serviços laboratoriais para confecção de Próteses Fixas que não podem ser removidas no dia a dia, classificando-se em Próteses Fixas Unitárias, quando substituem uma única unidade dentária e Pontes Fixas, quando substituem mais de um elemento dentário, geralmente a partir de três unidades dentárias, acrescido de serviços de repetição e ajustes.

5.2.4.5.4.1. Está composto por dez itens, do item 62 ao item 71, devidamente codificados, que se fazem necessários pela impossibilidade de reabilitação por Dentística Restauradora, conservadora, uma vez que os remanescentes dentais não indicam estabilização e suporte para restaurações. A confecção destas próteses, basicamente, está composta por cinco etapas integradas, realizadas em sequência: 1ª. Etapa: fundição de núcleos metálicos; 2ª. Etapa: confecção de troquéis articulados; 3ª. Etapa: confecção de casquetes metálicos para coroas unitárias ou múltiplas; 4ª. Etapa: aplicação, alisamento, polimento e vitrificação da porcelana ou cerâmica. 5ª. Etapa: serviços de repetição e ajuste, que tem execução vinculada à observância das recomendações e da comunicação estabelecida com o Cirurgião Dentista para quaisquer serviços contratados.

5.2.4.5.4.2. O controle de qualidade para os itens do Grupo 4 segue aos critérios do Quadro 7, a seguir:

Quadro 7 – Controle de qualidade para o Grupo 4. Serviços laboratoriais de Próteses Fixas – CEO Centro

Item	Grupo 4. Serviços laboratoriais de Próteses Fixas.
62-71	A qualidade final das próteses dependerá da confecção imediata e da precisão dos modelos de estudo e funcional e troqueis, o que requer a confecção imediata após a fase clínica de moldagem e remete a permanência de um funcionário do laboratório na Sala de Gesso dos CEOs.
	A qualidade da fundição do núcleo metálico dependerá do enceramento com material calcinável, da presteza da inclusão em revestimento, da pureza e não contaminação da liga metálica utilizada, e duma fundição sem queima da liga, na dependência da regulação da chama do maçarico e da montagem dos canais de alimentação.
	Na confecção laboratorial de casquete em metal sobre núcleo é fundamental o ajuste marginal dos <i>copings</i> , a espessura e o polimento do metal, e o espaçamento necessário para aplicação da porcelana cerâmica.
	A qualificação técnica da confecção laboratorial de casquete em metal sobre implante será dimensionada, principalmente, pelo nível de ajuste na região cervical devido a interface implante, conexão protética e coroa artificial.
	Aplicação, alisamento, polimento e vitrificação de porcelana no casquete sobre implante, evitando a criação de rugosidade superficial, o que dependerá do tipo de material e das brocas/ fresas ou discos, utilizadas no polimento. Este serviço depende da duplicação adequada dos troqueis de gesso; do uso correto da manipulação do revestimento; dos cuidados na aplicação da cerâmica; dos métodos de caracterização e da metodologia de acabamento e polimento.
	A aplicação, vitrificação, alisamento e polimento de cerâmica/ porcelana sobre casquetes deve permitir segurança, dureza, elasticidade e função estética, com recobrimento do metal traduzido em cor, brilho e resistência da cerâmica/ porcelana, independente da técnica utilizada.

	A especificação técnica para coroas provisórias está relacionada à seleção da resina, sugerindo-se, a bisacrílica, dentre outras, àquela com menor percentual de contração durante a polimerização, que apresenta maior resistência à flexão e melhor adaptação marginal. A confecção do troquel articulado maxilar deve seguir, rigorosamente, as recomendações do Cirurgião Dentista, respeitando: as relações espaciais, vertical e horizontal dos dentes; ser individualizado e articulado para manter os contatos oclusais com os dentes vizinhos; ser confeccionado antes de vazar o gesso; ser confeccionado em material duro, resistente e estável; permitir reprodução precisa do preparo, incluindo suas margens; ser de fácil inserção e remoção no modelo; deve permitir que as margens sejam recortadas e delineadas com lápis Cryon. A garantia do serviço deve permitir acompanhar o tempo de elaboração de todas as fases clínicas e laboratoriais. Também observar: duplicação dos troqueis de gesso; uso correto da manipulação de sinterização do revestimento.
	A confecção do troquel articulado mandibular deve seguir, rigorosamente, as recomendações do Cirurgião Dentista, respeitando: as relações espaciais, vertical e horizontal dos dentes; ser individualizado e articulado para manter os contatos oclusais com os dentes vizinhos; ser confeccionado antes de vazar o gesso; ser confeccionado em material duro, resistente e estável; permitir reprodução precisa do preparo, incluindo suas margens; ser de fácil inserção e remoção no modelo; deve permitir que as margens sejam recortadas e delineadas com lápis Cryon.
	Na especificação técnica para pontes fixas observar: a preparação dos pânticos; a infraestrutura de suporte, em fibra de vidro; dentes bem posicionados; oclusão favorável e o recobrimento adequado com resina fotopolimerizável.
	A confecção da ponte fixa maxilar ou mandibular deve seguir, rigorosamente, as recomendações do Cirurgião Dentista para resultar numa prótese que tenha: equilíbrio articular; proteção das estruturas e tecidos orais; permitir higienização adequada; ser resistente e confeccionada no material adequado e solicitado pelo Cirurgião Dentista; reproduzir as características estéticas. Também observar: cuidados na aplicação da cerâmica; métodos de caracterizações; metodologia de acabamento e polimento da porcelana/ cerâmica.

5.2.4.5.5. O Grupo 5 corresponde a serviços laboratoriais para Próteses sobre Implantes, indicadas para pacientes com perdas totais ou parciais dos dentes e/ou estrutura óssea, cuja condição de saúde bucal justifique sua realização, como única opção disponível, com fins de reabilitação oral. Os serviços deverão ser executados com ou sem demanda judicial e no material indicado para cada finalidade, acrescido de serviços de repetição e ajustes, principalmente por ocasião da manutenção anual.

5.2.4.5.5.1. O grupo é composto por dez itens, do item 72 ao item 81, devidamente codificados, correspondentes a quatro etapas integradas, realizadas em sequência, a saber: 1ª. Etapa: confecção de guias cirúrgicos; 2ª. Etapa: confecção de barras e soldas de sustentação; 3ª. Etapa: confecção de próteses protocolo; 4ª. Etapa: serviços de repetição e ajuste, que tem execução vinculada à observância das recomendações e da comunicação estabelecida com o Cirurgião Dentista para quaisquer serviços contratados.

5.2.4.5.5.2. O controle de qualidade para os itens do Grupo 5 segue aos critérios do Quadro 8, a seguir:

Quadro 8 – Controle de qualidade para o Grupo 5. Serviços laboratoriais de Próteses sobre Implantes. CEO Centro

Item	Grupo 5. Serviços laboratoriais de Próteses sobre Implantes.
72-81	A qualidade final das próteses dependerá da confecção imediata e da precisão dos modelos de estudo e funcional e troqueis, o que requer a confecção imediata após a fase clínica de moldagem e remete a permanência de um funcionário do laboratório na Sala de Gesso do CEO Centro.
	Deve seguir, rigorosamente, as recomendações do Cirurgião Dentista, respeitando: a determinação da espessura e altura das barras; os espaços da futura prótese; permitir a montagem adequada dos dentes. A adaptação deve ser bem passiva e sem bascula e não gerar tensão na prótese, ficando na dependência de enceramento, inclusão, fundição e desinclusão adequadas e precisas, utilizando metal e ligas compatíveis.
	Deve seguir, rigorosamente, as recomendações do Cirurgião Dentista, respeitando: a determinação da espessura e altura das barras; os espaços da futura prótese; permitir a montagem adequada dos dentes. A adaptação deve ser bem passiva e sem bascula e não gerar tensão na prótese, ficando na dependência de enceramento, inclusão, fundição e desinclusão adequadas e precisas, utilizando metal e ligas compatíveis, observando as estruturas anatômicas, principalmente o freio lingual, os limites do rebordo alveolar e o espaço que será ocupado pelos dentes.
	A soldagem dos segmentos de barra mandibular fundidos deve permitir a transferência precisa da posição dos pilares para um modelo de trabalho. A soldagem das partes deve ser feita com precisão para evitar estresse na interface osso-implante. É importante a precisão marginal da peça. Espera-se que a técnica de soldagem não permita distorções na liga utilizada e que a área exposta ao calor seja a menor possível e que tenha a maior longevidade possível, independente do tipo de soldagem, se convencional ou a laser.
	A soldagem dos segmentos de barra maxilar fundidos deve permitir a transferência precisa da posição dos pilares para um modelo de trabalho. A soldagem das partes deve ser feita com precisão para evitar estresse na interface osso-implante. É importante a precisão marginal da peça. Espera-se que a técnica de soldagem não permita distorções na liga utilizada e que a área exposta ao calor seja a menor possível e que tenha a maior longevidade possível, independente do tipo de soldagem, se convencional ou a laser.
	Na região maxilar, deve seguir, rigorosamente, as recomendações do Cirurgião Dentista, sendo um passo prévio ao procedimento cirúrgico, requerendo: estar adaptada adequadamente à região cirúrgica, permitindo acesso e visualização

	dos tecidos que receberão os implantes; ter espessura e volume compatível com o suporte de forças mastigatórias; permitir acesso e visualização dos tecidos que receberão os implantes; desenho diretamente relacionado com a disponibilidade óssea e disposição dos futuros dentes. A confecção dos modelos e o enceramento da produção de um guia precisam estar perfeitamente adaptados e ter estabilidade.
	Na região mandibular, deve seguir, rigorosamente, as recomendações do Cirurgião Dentista, sendo um passo prévio ao procedimento cirúrgico, requerendo: estar adaptada adequadamente à região cirúrgica, permitindo acesso e visualização dos tecidos que receberão os implantes; ter espessura e volume compatível com o suporte de forças mastigatórias; permitir acesso e visualização dos tecidos que receberão os implantes; desenho diretamente relacionado com a disponibilidade óssea e disposição dos futuros dentes. A confecção dos modelos e o enceramento da produção de um guia precisam estar perfeitamente adaptados e ter estabilidade.
	Usar artifício para estabilização da prótese, dando estabilidade para prensagem; isolamento adequado; realizar contorno de cera; boneco adequado para inclusão e prensagem; ajustes oclusais; acabamento e polimento.
	Observação criteriosa, principalmente na fase de inclusão: usar artifício para estabilização da prótese, dando estabilidade para prensagem; isolamento adequado; realizar contorno de cera; boneco adequado para inclusão e prensagem; ajustes oclusais; acabamento e polimento.

5.2.4.5.6. O Grupo 6 corresponde a serviços laboratoriais para Placas Oclusais, indicadas para Disfunção Temporomandibular e Dor Orofacial e para Clareamento Dental, necessários aos usuários em tratamento ortodôntico e/ ou com transtornos decorrentes de escurecimento e/ou de unidades dentárias, acrescido de serviços de repetição e ajustes.

5.2.4.5.6.1. O Grupo 6 está composto por cinco itens, do item 82 ao item 86, devidamente codificados, que compõem a confecção das placas, independente da indicação clínica, sejam miorrelaxantes, de clareamento ou outras, em resina acrílica/ acetato. Os serviços laboratoriais estão basicamente compostos por três etapas integradas, realizadas em sequência: 1ª. Etapa: manutenção da memória dos registros funcionais transferida durante a montagem para articulador semi-ajustável ou não, do início ao término do trabalho protético; 2ª. Etapa: elaboração da placa oclusal; 3ª. Etapa: serviços de repetição e ajuste que tem execução vinculada à observância das recomendações e da comunicação estabelecida com o Cirurgião Dentista para quaisquer serviços contratados.

5.2.4.5.6.2. O controle de qualidade para os itens do Grupo 6 segue aos critérios do Quadro 9, a seguir:

Quadro 9 – Controle de qualidade para o Grupo 6. Serviços laboratoriais de Placas Oclusais. CEO Centro, Joaquim Távora e Rodolfo Teófilo

Item	Grupo 6. Serviços laboratoriais de Placas Oclusais.
82-86	A especificação técnica da placa oclusal dependerá do tipo de material utilizado, resina ativada termo ou quimicamente e silicone, que é mais resiliente, ou acetato: respeito às recomendações do Cirurgião Dentista, quanto a manutenção dos registros mandibulares transferidos ou não para articulador semi-ajustável, do início ao final da fase laboratorial. A placa oclusal deverá apresentar resistência, estabilidade, durabilidade, polimento adequado, materializados na resistência à alteração de cor. As bordas devem ser biseladas, evitando desconforto ao paciente.
	Observar o vazamento e preparo adequado do modelo maxilar, o isolamento do modelo; a plastificação do silicone/ acetato e o acabamento e polimento.
	Observar o vazamento e preparo adequado do modelo mandibular, o isolamento do modelo; a plastificação do silicone/ acetato e o acabamento e polimento.

5.2.4.5.7. O Grupo 7 se destina a serviços, exclusivamente, laboratoriais de confecção de modelos de estudo e funcionais para todos os grupos, em virtude da necessidade imediata de cópia positiva das estruturas dentais, uma vez que o tempo decorrido entre a moldagem e o processamento do modelo é fator determinante da justeza da futura prótese, além de reduzir o número de sessões clínicas que o usuário tiver de comparecer ao serviço.

5.2.4.5.7.1. O Grupo 7 está composto por três itens, do item 87 ao item 89, devidamente codificados, que compõem a confecção de modelos, independente da indicação clínica. Os serviços laboratoriais estão basicamente compostos por seis etapas integradas, realizadas em sequência: 1ª. Etapa: avaliação se a moldagem registrou todas as estruturas; 2ª. Etapa: preparo de muralha ou adequação de pinos; 3ª. Etapa: vazamento do modelo em gesso, conforme indicação do Cirurgião Dentista; 4ª. Etapa: remoção da moldeira e processamento de acabamento do modelo; 5ª. Etapa: montagem em articulador semi-ajustável ou não, conforme registros e recomendações do Cirurgião Dentista do início ao término do trabalho protético; 6ª. Etapa:

serviços de repetição e ajustes que têm execução vinculada à observância das recomendações e da comunicação estabelecida com o Cirurgião Dentista para quaisquer serviços contratados.

5.2.4.5.7.2. O controle de qualidade para os itens do Grupo 7 segue aos critérios do Quadro 10, a seguir:

Quadro 10 – Controle de qualidade para o Grupo 7. Serviços laboratoriais de confecção de modelos de gesso e troqueis.

Item	Grupo 7. Serviços laboratoriais de confecção de modelos de gesso e troqueis.
87-89	Preparação do Gesso: Verificar a relação água/pó indicada pelo fabricante, para uma mistura correta.
	Vazamento: A mistura de gesso é vertida nos moldes limpos e desinfetados. Para evitar bolhas de ar e garantir um modelo preciso, é recomendado vibrar o gesso antes ou durante o vazamento, evitando bolhas positivas e/ ou negativas.
	Processamento do modelo: esperar o tempo de presa do gesso, que pode variar de 30 minutos a 1 hora, dependendo do tipo de material. Em seguida, a remoção cuidadosa do modelo do molde no sentido do eixo longo dos dentes, seguida da limpeza e uso do <u>recortador de gesso</u> para aparar as bases e bordas e ajustes necessários para remover bolhas ou imperfeições.
	Troquelização: individualização de dentes específicos do modelo para permitir o trabalho com a restauração protética, tanto na boca do paciente quanto no laboratório. A articulação entra na fase laboratorial, simulando os movimentos da mandíbula para garantir o encaixe e a função corretos da prótese.
	Montagem em articulador: O modelo troquelizado é montado em um articulador, um aparelho que simula os movimentos da mandíbula, para que a prótese seja feita de forma funcional e com o ajuste adequado.
	Observar se a troquelização permitiu uma melhor visualização e acesso às margens cervicais, facilitando o trabalho do laboratório; se a montagem no articulador está adequada, simulando os movimentos naturais da mandíbula para garantir a oclusão correta; se a individualização dos dentes no modelo permite ao técnico trabalhar com cada elemento individualmente, garantindo maior liberdade e precisão no processo e constatando se possibilitou o acesso às margens, melhorando a visibilidade do limite da preparação do dente; se resultou em maior precisão e se permitiu trabalhar com mais liberdade em cada dente individualmente.

5.2.4.5.7.3. Os serviços deste grupo não têm prazo de garantia e são de confecção imediata, após a realização da moldagem pelo Cirurgião Dentista, condição que justifica a permanência de funcionário da Empresa nas dependências do CEOs, uma vez que o tempo decorrido entre a execução da moldagem pelo Cirurgião Dentista e o vazamento, processamento e montagem do modelo em articulador pelo Técnico em Prótese Dentária ou Auxiliar em Saúde Bucal da Empresa é o fator determinante da justeza das etapas subsequentes e da condição da prótese, placa ou aparelho final.

5.2.5. No que se refere à garantia dos serviços laboratoriais será estabelecido para todos os serviços o prazo de 12 meses, contados a partir da entrega da prótese ao paciente, após os ajustes e orientações finais de conservação.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Subcontratação

6.1.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da devida justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025-TCU-Plenário.

6.2. Garantia contratual

6.2.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

6.3. Sustentabilidade

6.3.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

I – A empresa deverá dar preferência a insumos com origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados; menor geração de resíduos; e preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

7. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Condições de Execução

7.1.1. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho, obedecerá ao seguinte:

I – O serviço deverá ser executado em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste termo, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir do recebimento de cada ordem de fornecimento ou instrumento equivalente, nas quantidades, horários e dias estabelecidos no respectivo documento.

II – Caso não seja possível realizar a entrega e/ou executar o serviço na data assinalada, o contratado deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

III – A contratada deverá responsabilizar-se pela entrega dos resultados, devendo ficar estipulado em comum acordo com a UNIDADE SOLICITANTE, um horário pela manhã e tarde para entrega desses;

7.1.2. Para a perfeita execução dos serviços, o contratado deverá disponibilizar os materiais e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

I - Responsabilizar-se pela aquisição de todos os materiais e insumos necessários que atendam a perfeita execução do serviço, de acordo com a demanda, durante toda a vigência do contrato ou enquanto houver saldo contratual, sem gerar nenhum ônus para a Contratante;

II - Possuir e manter equipe de profissionais habilitada e qualificada, para a perfeita execução do serviço, de acordo com a demanda dos pacientes crianças, jovens, adultos e idosos durante toda a vigência do contrato ou enquanto houver saldo contratual, sem gerar nenhum ônus para a Contratante;

III - Possuir e manter seus equipamentos em perfeitas condições de uso para atender a execução do objeto, responsabilizando-se pela manutenção dos mesmos, de acordo com a vigência do contrato ou enquanto houver saldo contratual, sem gerar nenhum ônus para a Contratante;

IV – Deverá manter seus funcionários, devidamente identificados com crachás, fardamento adequado com identificação visível da empresa, e disponibilizar todos os equipamentos de proteção individual (EPI's) pertinentes a atividade executada, destinados a preservar a saúde, a segurança e a integridade física do trabalhador;

V – Responsabilizar-se pelo descarte adequado de resíduos, em conformidade com as legislações vigentes.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante do contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante do contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados, quando houver, e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante especialmente designado para este fim pelo contratante, ou pelo respectivo substituto, a ser informado quando da lavratura do instrumento contratual.

8.7. A fiscalização se responsabilizará pelo acompanhamento da execução do objeto contratual, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.7.1. O fiscal do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

8.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

8.7.3. O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

8.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

8.7.5. O fiscal comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

8.8. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.9. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

8.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, quando for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido por comissão constituída para este fim.

9. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E DE PAGAMENTO

9.1. Recebimento do Serviço

9.1.1. Os serviços serão recebidos PROVISORIAMENTE, no prazo de 15 (quinze) dias, pela fiscalização, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.1.3. Não atendido o disposto no item 11.5 deste Termo, caberá à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.1. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.1.3.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.4. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.1.5. Os serviços serão recebidos DEFINITIVAMENTE no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

9.1.5.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

9.1.5.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao contratado, por escrito, as respectivas correções;

9.1.5.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

9.1.5.4. Comunicar ao contratado para que emita a nota fiscal ou fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.1.5.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se ao contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação

9.2.1. Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, prorrogáveis por igual período.

9.2.1.1. O prazo de que trata o subitem anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite permitido para dispensa de licitação;

9.2.2. A liquidação da despesa consiste na verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito, observando-se o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.

9.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.4. A nota fiscal ou documento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no subitem 12.3 deste Termo.

9.2.5. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital; b) identificar possível razão que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.2.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

9.2.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.2.8. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

9.2.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa.

9.3.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado mediante crédito em conta-corrente do contratado, exclusivamente no Banco Bradesco S/A, conforme Lei nº 15.241/2012, e para as empresas pública e sociedades de economia mista, nas instituições bancárias indicada nos respectivos Regulamentos Internos de Licitações e Contratos.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9.5. Antecipação de pagamento

9.5.1. É vedada a realização de pagamento antes da execução do objeto ou se o mesmo não estiver de acordo com as especificações deste instrumento, nos termos do art. 145, *caput*, da Lei nº 14.133/2021.

10. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo contratado, de acordo com este instrumento e seus anexos.

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo.

10.3. Notificar o contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto contratado, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo contratado.

10.5. Comunicar o contratado para emissão de nota fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade.

10.6. Efetuar o pagamento ao contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste Termo.

10.7. Aplicar as sanções previstas na lei e Edital, quando do descumprimento de obrigações pelo contratado;

10.8. Emitir explicitamente decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato.

10.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

10.10. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

11.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Edital e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

11.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da conclusão do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

11.6. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

11.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), ou no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a nota fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) Certidão Conjunta relativa aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11.8. Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, cuja inadimplência do contratado, não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato.

11.9. Atender aos critérios de sustentabilidade previstos no item 6.3.1 deste Termo.

11.10. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto.

11.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

11.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

11.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato e desde que regulamentado, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas.

11.14.1. Comprovar, na forma do subitem 12.5.4.1 do Edital, as reservas de cargos e vagas a que se referem o subitem acima, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme disposto em lei, e a quantidade de cargos que permaneceram vagos.

11.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

11.16. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

11.17. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

11.19. Promover, se for o caso a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.20. Providenciar a substituição de qualquer profissional envolvido na execução do objeto contratual, cuja conduta seja considerada indesejável pela fiscalização do contratante.

11.21. Respeitar os princípios de proteção de dados pessoais elencados na Lei Geral de Proteção de Dados, Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 e suas alterações.

11.22. Responsabilizar-se pela aquisição de todos os materiais e insumos necessários que atendam a perfeita execução do serviço, de acordo com a demanda, durante toda a vigência do contrato ou enquanto houver saldo contratual, sem gerar nenhum ônus para a Contratante;

11.23. Possuir e manter equipe de profissionais habilitada e qualificada, para a perfeita execução do serviço, de acordo com a demanda dos pacientes crianças, jovens, adultos e idosos durante toda a vigência do contrato ou enquanto houver saldo contratual, sem gerar nenhum ônus para a Contratante;

11.24. Possuir e manter seus equipamentos em perfeitas condições de uso para atender a execução do objeto, responsabilizando-se pela manutenção dos mesmos, de acordo com a vigência do contrato ou enquanto houver saldo contratual, sem gerar nenhum ônus para a Contratante;

11.25. Responsabilizar-se de que o(os) equipamento(s) e produto(s) que serão utilizados na execução do serviço possuem registros regularizados na ANVISA;

11.26. Responsabilizar-se pela entrega dos resultados, devendo ficar estipulado em comum acordo com a UNIDADE SOLICITANTE, um horário pela manhã ou tarde para entrega desses.

11.27. Deverá manter seus funcionários, devidamente identificados com crachás, fardamento adequado com identificação visível da empresa, e disponibilizar todos os equipamentos de proteção individual (EPI's) pertinentes a atividade executada, destinados a preservar a saúde, a segurança e a integridade física do trabalhador;

11.28. Responsabilizar-se pelo descarte adequado de resíduos, em conformidade com as legislações vigentes.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. A documentação relativa à habilitação jurídica consistirá em:

12.1.1. Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

12.1.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

12.1.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

12.1.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

12.2. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 consistirá em:

12.2.1. Qualificação Técnico-Profissional

12.2.1.1. Declaração de que o dirigente não possua cargo dentro do SUS – Sistema Único de Saúde, nas esferas Federal, Estadual e Municipal;

12.2.1.2. Documentação do responsável Técnico do Prestador: Curriculum Vitae, cédula de identidade ou documento correspondente com foto, CPF, diploma do curso compatível com a atividade, registro do responsável técnico junto ao Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional da Categoria;

12.2.1.3. Apresentar profissional, abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes ao objeto, acompanhado do Comprovante de registro no Conselho de Classe respectivo:

- a) No mínimo 04 Cirurgiões-dentistas, responsável técnico pelos serviços objeto deste certame;
- b) No mínimo 04 Técnicos em Prótese Dentária, devidamente habilitado para a confecção das próteses dentárias por unidade gestora conforme as normas vigentes.

12.2.1.4. O(s) atestado(s) de capacidade técnico-profissional deverá ser comprovado através de Certidão de Acervo Técnico ou Anotação de Responsabilidade Técnica, emitido pelo conselho de classe respectivo, quando for o caso;

12.2.1.5. Deverá a licitante comprovar que possui vínculo empregatício, societário, prestação de serviços ou declaração de disponibilidade de profissional pela licitante, acompanhada de anuência dos profissionais indicados, conforme a seguir:

- a) No caso de vínculo empregatício: cópia da CTPS e contrato de trabalho;
- b) No caso de vínculo societário: ato constitutivo da empresa devidamente registrado;
- c) No caso de profissional autônomo/liberal: contrato de prestação de serviço ou Certidão de Responsabilidade Técnica;
- d) Declaração de contratação futura acompanhada de anuência do profissional.

12.2.1.6. O(s) profissional(is) indicado(s) deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, sendo admitida a sua substituição apenas por profissionais de experiência equivalente ou superior, aprovada pela Administração.

12.2.1.7. Não serão admitidos atestados de profissionais que tenham dado causa à aplicação de sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.2. Qualificação Técnico-Operacional

12.2.2.1. A empresa deverá apresentar o CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde, comprovando que o prestador dispõe de pessoal e equipamentos adequados, para a realização dos serviços no próprio município;

12.2.2.2. Declaração do prestador de que os serviços a serem executados, serão remunerados em conformidade com os valores constantes da Tabela data SUS – Sistema Único de Saúde;

12.2.2.3. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, sendo o Conselho Regional de Odontologia – CRO, em plena validade;

12.2.2.4. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

12.2.2.5. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, e regularmente emitidos(s) pelo conselho profissional competente.

12.2.2.5.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a) Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;
- b) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

12.2.2.5.2. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal especificamente no contrato social vigente.

12.2.2.5.3. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a idoneidade da entidade emissora.

12.2.2.6. Licença de funcionamento do laboratório licitante, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde Estadual ou Municipal, conforme o art. 2º da Lei Federal nº 6.360/1976.

12.2.2.7. Comprovação da Licença de Funcionamento, emitida pelo Serviço de Vigilância Sanitária da Secretaria da Saúde Estadual ou Municipal, da sede da licitante, conforme o art. 50 da Lei Federal nº 6.360/1976.

12.2.2.8. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

12.2.2.9. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

12.3. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:

12.3.1. A inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

12.3.2. A inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

12.3.3. A regularidade perante a fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

12.3.4. A regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

12.3.5. A regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

12.3.6. O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

12.3.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.3.8. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal, uma vez que o certificado de microempreendedor – CCMEI, supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio certificado.

12.3.9. Os documentos enumerados no subitem 12.3, poderão ser substituídos ou supridos, no todo ou em parte, por outros meios hábeis a comprovar a regularidade do licitante, inclusive por meio eletrônico. Quanto a comprovação de atendimento do disposto nos subitens 12.3.3, 12.3.4 e 12.3.5 deverá ser feita na forma da legislação específica.

12.3.10. Para os Estados e Municípios que emitam prova de regularidade fiscal em separado, os proponentes deverão apresentar as respectivas certidões.

12.3.11. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

12.3.12. Havendo restrição quanto à regularidade fiscal e trabalhista da microempresa, da empresa de pequeno porte ou da cooperativa que se enquadre nos termos do art. 34, da Lei Federal nº 11.488/2007, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir de declarado o vencedor, para a regularização do(s) documento(s), podendo tal prazo ser prorrogado uma vez por igual período, conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006.

12.3.13. A não comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, até o final do prazo estabelecido, implicará a decadência do direito, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado ao pregoeiro convocar os licitantes remanescentes, por ordem de classificação.

12.3.14. Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante melhor classificado.

Habilitação econômico-financeira

12.4. A habilitação econômico-financeira será aferida mediante a apresentação apenas dos documentos expressamente previstos neste item, dentre aqueles admitidos pelo art. 69 da Lei nº 14.133/2021.

12.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, exceto as sociedades cooperativas, conforme dispõe o art. 4º da Lei nº 5.764/1971. No caso de pessoa física ou de sociedade simples, certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante.

12.4.2. Na ausência da certidão negativa, o licitante em recuperação judicial deverá comprovar sua regularidade e viabilidade econômico-financeira mediante a apresentação de, ao menos, um dos seguintes documentos: decisão judicial que reconheça a situação de recuperação judicial; plano de recuperação em execução; demonstrações contábeis atualizadas; e, quando aplicável, prestação de garantias adicionais ou substitutivas, na forma prevista neste Edital e em Lei.

13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. A indicação da dotação orçamentária somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil, conforme art. 103 do Decreto Estadual nº 35.067/2022 c/c §4º, art. 7º, do Decreto Estadual nº 35.323/2023.

14. DOS ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO A – ÓRGÃOS PARTICIPANTES

ANEXO B – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO

ANEXO A - ÓRGÃOS PARTICIPANTES

SEQ.	ÓRGÃO/UNIDADE	ENDEREÇO	CNPJ
1	CEO CENTRO	Rua 24 de Maio, 288 – Centro.	07.954.571/0030-49
2	CEO JOAQUIM TÁVORA	Rua Monsenhor Bruno, 2570, Joaquim Távora, 07.954.571/0113-00	07.954.571/0113-00
3	CEO RODOLFO TEÓFILO	Rua Monsenhor Furtado, 740, Rodolfo Teófilo	07.954.571/0011-86

ANEXO B – QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO

ITEM	CÓDIGO	CEO CENTRO	CEO JTAV	CEO RT	QTD. TOTAL
GRUPO 1					
1	2073295	96,00	0,00	0,00	96
2	20733010	96,00	0,00	0,00	96
3	2073046	96,00	0,00	0,00	96
4	2073225	96,00	0,00	0,00	96
5	20733110	96,00	0,00	0,00	96
6	2073056	96,00	0,00	0,00	96
7	20733210	96,00	0,00	0,00	96
8	20733310	96,00	0,00	0,00	96
9	2073484	96,00	0,00	0,00	96
10	2073494	96,00	0,00	0,00	96
11	20733410	96,00	0,00	0,00	96
12	20733510	96,00	0,00	0,00	96
13	2073509	96,00	0,00	0,00	96
14	20733610	96,00	0,00	0,00	96
15	2072585	96,00	0,00	0,00	96
16	2072595	96,00	0,00	0,00	96
17	2073454	72,00	0,00	0,00	72
18	2073235	96,00	0,00	0,00	96
19	2073245	96,00	0,00	0,00	96
20	2073255	96,00	0,00	0,00	96
21	2073434	96,00	0,00	0,00	96
22	2073414	96,00	0,00	0,00	96
23	2073265	96,00	0,00	0,00	96
24	2073190	96,00	0,00	0,00	96
25	2073275	96,00	0,00	0,00	96
26	2072714	96,00	0,00	0,00	96
27	2072953	96,00	0,00	0,00	96

28	2073444	96,00	0,00	0,00	96
29	2073036	96,00	0,00	0,00	96
30	2073215	96,00	0,00	0,00	96
31	2072744	96,00	0,00	0,00	96
32	2072565	96,00	0,00	0,00	96
33	2072575	96,00	0,00	0,00	96
34	2073474	96,00	0,00	0,00	96
35	2073464	96,00	0,00	0,00	96
36	20733910	96,00	0,00	0,00	96
37	2073404	96,00	0,00	0,00	96
38	2072555	96,00	0,00	0,00	96
39	20726410	96,00	0,00	0,00	96
40	20726310	96,00	0,00	0,00	96
41	20733710	96,00	0,00	0,00	96
42	2073205	72,00	0,00	0,00	72
43	2073285	72,00	0,00	0,00	72
44	2072704	96,00	0,00	0,00	96
45	2073170	230,00	0,00	0,00	230
GRUPO 2					
46	2072839	576,00	432,00	300,00	1.308
47	2072754	576,00	432,00	300,00	1.308
48	2072963	576,00	432,00	300,00	1.308
49	20726910	576,00	432,00	300,00	1.308
50	2073424	230,00	216,00	150,00	596
51	2073076	384,00	200,00	100,00	684
52	2073086	192,00	200,00	100,00	492
53	2073673	288,00	300,00	250,00	838
54	2073693	174,00	150,00	250,00	574
GRUPO 3					
55	2073917	664,00	600,00	300,00	1.564
56	2073120	230,00	300,00	200,00	730
57	2073110	144,00	100,00	100,00	344
58	2072973	1.038,00	600,00	300,00	1.938
59	2073150	1.038,00	1.000,00	300,00	2.338
60	2073663	288,00	1.200,00	600,00	2.088
61	2073683	174,00	300,00	300,00	774
GRUPO 4					
62	2073160	672,00	0,00	0,00	672

63	2072794	672,00	0,00	0,00	672
64	2072784	60,00	0,00	0,00	60
65	2072734	60,00	0,00	0,00	60
66	2072724	672,00	0,00	0,00	672
67	2072809	1.092,00	0,00	0,00	1.092
68	20726510	360,00	0,00	0,00	360
69	20726010	360,00	0,00	0,00	360
70	2073026	378,00	0,00	0,00	378
71	2072993	378,00	0,00	0,00	378
GRUPO 5					
72	2072774	60,00	0,00	0,00	60
73	2072764	60,00	0,00	0,00	60
74	2073130	120,00	0,00	0,00	120
75	2073140	120,00	0,00	0,00	120
76	2072829	60,00	0,00	0,00	60
77	2072819	60,00	0,00	0,00	60
78	20726210	60,00	0,00	0,00	60
79	20726110	60,00	0,00	0,00	60
80	2073016	120,00	0,00	0,00	120
81	2073180	120,00	0,00	0,00	120
GRUPO 6					
82	2073066	720,00	768,00	300,00	1.788
83	2072859	60,00	50,00	50,00	160
84	2072849	60,00	50,00	50,00	160
85	2073006	720,00	768,00	300,00	1.788
86	2072983	72,00	300,00	150,00	522
GRUPO 7					
87	20733810	10.588,00	7.500,00	5.000,00	23.088
88	2073100	1.122,00	3.750,00	2.500,00	7.372
89	2073096	1.130,00	3.750,00	2.500,00	7.380

ANEXO II – CARTA PROPOSTA

À

Central de Licitações do Estado do Ceará

Ref.: Pregão Eletrônico nº 20260947

A proposta encontra-se em conformidade com as informações previstas no Edital e seus anexos.

1. Identificação do licitante:

- Razão Social:
- CPF/CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Representante Legal (nome, nacionalidade, estado civil, profissão, RG, CPF, domicílio):
- Telefone, celular, fax, e-mail:

2. Condições Gerais da Proposta:

- A presente proposta é válida por ____ (_____) dias, contados da data de sua emissão.

3. Formação do Preço

GRUPO/ITEM _____					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
VALOR GLOBAL R\$					
Valor por extenso (_____)					

DECLARO, sob as sanções administrativas cabíveis, inclusive as criminais e sob as penas da lei, que toda documentação anexada ao sistema é autêntica.

Local e data

Assinatura do representante legal

(Nome e cargo)

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº ____/20__

Pregão Eletrônico nº 20260947

Processo nº **24001.092717/2025-94**

Aos ____ dias do mês de _____ de 20__, na sede da _____, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, conforme deliberação da Ata do Pregão Eletrônico nº 20260947 do respectivo resultado homologado, publicado no Diário Oficial do Estado em ____/____/20__, às fls ____ do processo nº 24001.092717/2025-94, que vai assinada pelo titular do(a) _____, gestor(a) do Registro de Preços, pelos representantes legais dos detentores do registro de preços, todos qualificados e relacionados ao final, a qual será regida pelas cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços, visando futuros e eventuais serviços especializados de laboratório de prótese dentária, cujas especificações e quantitativos encontram-se detalhados no Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Eletrônico nº 20260947 que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos detentores de preços registrados classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 24001.092717/2025-94.

1.2. Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações, exclusivamente por seu intermédio, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência, em igualdade de condições.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1. O presente instrumento fundamenta-se:

I – No Pregão Eletrônico nº 20260947.

II – Nos termos do Decreto Estadual nº 35.323, de 24/02/2023, publicado DOE de 28/02/2023 e suas alterações.

III – Na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

3. DO ÓRGÃO OU ENTIDADE GERENCIADORA E DOS PARTICIPANTES

3.1. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora desta Ata, o controle e a administração do sistema de registro de preços, em especial o contido no art. 17 do Decreto nº 35.323/2023.

3.2. O órgão ou entidade gerenciadora desta Ata será a Secretaria da Saúde.

3.3. Os órgãos e entidades participantes desta ata de registro de preços poderão realizar contratações decorrentes de remanejamento de quantitativos ou valores cedidos por outros participantes, mediante autorização por meio de ferramenta informatizada, disponibilizada pela Seplog, desde que limitadas ao objeto licitado.

3.4. Aos órgãos e entidades participantes, competem observar o contido no art. 18 do mesmo decreto de que trata o subitem 3.1 acima.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência desta ata, os órgãos ou entidades do Poder Executivo estadual participantes desta ou na condição de interessados, poderão realizar contratações decorrentes de remanejamento de quantitativo ou valores cedidos por outros participantes, mediante autorização prévia do órgão ou entidade gerenciadora, dispensada a elaboração do ETP.

4.1.1. Caso o remanejamento seja para execução de serviço em município diferente do estabelecido no Edital, caberá ao beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela fixadas, optar pela aceitação ou não do remanejamento dos itens.

4.1.2. Os órgãos e entidades do Poder Executivo estadual e de outros entes federativos, não participantes desta ata de registro de preços, poderão realizar contratações decorrentes desta, na condição de interessados sem remanejamento, mediante autorização prévia do órgão ou entidade gerenciadora e do detentor do preço registrado.

4.1.2.1. A faculdade conferida de que trata este subitem estará limitada a órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal que, na condição de não participantes, desejarem aderir à ata de registro de preços de órgão ou entidade gerenciadora do Poder Executivo estadual.

4.1.3. A adesão a ata observará os seguintes requisitos:

I – Apresentação de justificativa da vantagem da adesão;

II – Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133/2021; e

III – Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do detentor do preço registrado.

4.1.3.1. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão do detentor do preço registrado.

4.1.3.2. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.1.3.3. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) do total dos quantitativos dos itens registrados para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

4.1.3.4. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o subitem anterior não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.1.4. O órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, contados a partir da autorização do órgão ou entidade gerenciadora, observado o prazo de vigência da ata.

5. DA VALIDADE DA ATA, DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO E DO CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços, conforme art. 15 do Decreto Estadual nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto Estadual nº 36.863/2025, será de 1 (um) ano, contado a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que por acordo entre as partes e comprovado o preço vantajoso, nas mesmas condições, quantidades e valores.

5.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou valores fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

5.3. O prazo de vigência do contrato decorrente desta ata de registro de preços encontra-se definido no Termo de Referência, admitindo-se a prorrogação na forma da Lei, desde que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

5.3.1. O instrumento contratual deverá ser assinado no prazo de vigência desta ata e passará a ter eficácia com a sua publicação no Diário Oficial do Estado.

5.3.2. Na formalização do contrato ou do instrumento equivalente deverá haver a indicação da

disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.4. Os contratos decorrentes desta ata de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto no § 4º do art. 15 do Decreto nº 35.323/2023.

5.5. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no Edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Lei nº 14.133/2021.

5.5.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.5.2. A ata de registro de preços poderá ser assinada por certificação digital.

5.5.3. Serão observadas ainda as seguintes condições para a formalização da ata de registro de preços:

I – Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, que oferecer na proposta o quantitativo máximo estabelecido no Termo de Referência.

II – Será incluído na ata, na forma do anexo único, o registro dos licitantes que:

a) Aceitarem cotar os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação, que comporão o cadastro de reserva; e

b) Mantiverem sua proposta original.

III – Será obedecida nas contratações a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata.

a) O registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

b) Para fins da ordem de classificação, os licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.6. A convocação dos licitantes do cadastro de reserva ocorrerá quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no Edital, ou na hipótese do cancelamento do preço registrado na forma do art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

5.6.1. A habilitação dos licitantes do cadastro reserva somente será realizada quando caracterizada a necessidade da contratação.

5.7. O preço registrado com indicação dos licitantes será divulgado no Diário Oficial do Estado e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.8. Na hipótese da inexistência do cadastro de reserva, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Edital, poderá:

I – Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

II – Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.9. A existência de preços registrados implicará compromisso do detentor do preço para a contratação, nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a demanda pretendida, desde que devidamente justificada.

6. DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS, DA NEGOCIAÇÃO, E DA ALTERAÇÃO DE DADOS CONSTITUTIVOS DO DETENTOR DE PREÇOS.

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da ata, exceto em decorrência das disposições contidas no art. 23 do Decreto nº 35.323/2023.

6.1.1. Os preços registrados são os preços unitários ofertados nas propostas dos detentores de preços, os quais estão relacionados no anexo único desta ata e servirão de base para futuras contratações, observadas as condições de mercado.

6.1.2. Os preços registrados poderão ainda ser alterados ou atualizados em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.2. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

6.3. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o detentor do preço registrado será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas. Nesta hipótese, o gerenciador convocará os detentores de preços do cadastro de reserva ou, se não houver, os remanescentes que atenderem os termos do disposto nos §§ 3º, 5º e 6º do art. 12 do Decreto nº 35.323/2023, na ordem de classificação, para assegurar igual oportunidade de negociação.

6.3.1. Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento dos itens registrados, ou se for o caso, da Ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

6.4. Caso haja alteração do preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora comunicará o fato aos órgãos ou entidades participantes.

6.4.1. A alteração do preço registrado não altera automaticamente o preço do contrato decorrente da ata de registro de preços, cuja revisão deverá ser feita pelo órgão ou entidade contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre o contrato.

6.5. O detentor do registro de preços poderá solicitar ao órgão ou entidade gerenciadora a alteração da razão social ou outro dado constitutivo, mediante apresentação de termo aditivo ao documento de constituição da empresa.

6.5.1. No caso de deferimento às solicitações, o órgão ou entidade gerenciadora fará a alteração na ata e comunicará aos órgãos ou entidades participantes para alteração do contrato.

7. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços será cancelado nas hipóteses previstas no art. 25 do Decreto nº 35.323/2023.

7.2. O cancelamento de preço registrado, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão ou entidade gerenciadora, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, e sua comunicação será feita por escrito, juntando-se a cópia nos autos que deram origem ao registro de preços.

7.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do detentor do preço registrado, a comunicação será feita mediante publicação no Diário Oficial do Estado (DOE), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da data da publicação.

7.4. Antes de cancelar o item ou revogar a ata, o órgão ou entidade gerenciadora deverá tomar providências no sentido de que não haja descontinuidade na prestação dos serviços.

7.5. Não sendo conveniente realizar novo processo de registro de preços, o órgão ou entidade gerenciadora deverá apresentar aos órgãos ou entidades participantes as justificativas que motivaram a não realização do mesmo e orientar sobre as ações para o novo processo de contratação.

8. DAS PENALIDADES

8.1. Compete ao órgão ou entidade gerenciadora aplicar, garantidos a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou nas obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme disposto no art. 17, IV do Decreto nº 35.323/2023, alterado pelo art. 2º do Decreto nº 36.863/2025.

8.2. As sanções previstas no subitem anterior, serão aplicadas ao adjudicatário que injustificadamente se recusar assinar a ata de registro de preços, caracterizando-se o descumprimento total das obrigações assumidas. Aplica-se as mesmas sanções, aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços e os remanescentes com preços registrados.

8.3. O detentor de preço registrado recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), ou se for o caso, por meio de depósito bancário podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome da contratante, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais da contratação, tais como o prazo para entrega e recebimento do objeto, obrigações do contratante e contratado, condições de pagamento, penalidades e demais condições do contrato, encontram-se definidas no Termo de Referência e Minuta do Contrato.

9.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade, conforme §6º do art. 20 do Decreto nº 35.323/2023.

10. DO FORO

Fica eleito o foro do município da contratante, para conhecer das questões relacionadas com a presente Ata que não possam ser resolvidas pelos meios administrativos.

Assinam esta Ata, os signatários relacionados e qualificados a seguir, os quais firmam o compromisso de zelar pelo fiel cumprimento das suas cláusulas e condições.

Signatários:

Órgão ou Entidade Gerenciadora da Ata.	Nome do Titular	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Detentores Adjudicatários do Reg. de Preços	Nome do Representante	Cargo	CPF	RG	Assinatura

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em ____ (____) (preencher com o número de vias) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos órgãos e entidades participantes, se houver.

Fortaleza/CE, ____ de _____ de 20 ____

ANEXO ÚNICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20__ – MAPA DE PREÇOS DOS SERVIÇOS

Este documento é parte da Ata de Registro de Preços acima referenciada, celebrada entre o órgão ou entidade gerenciadora da ata e os prestadores de serviço, cujos preços estão a seguir registrados por item, em face da realização do Pregão Eletrônico nº 20260947, seguido da relação do órgãos e entidades participantes.

Constam ainda registrados os preços dos fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário e os que mantiveram sua proposta original:

Relação dos fornecedores adjudicatários.

Item	Cód Item	Especificação do Item (se for o caso, incluir marca e/ou modelo e prazo de garantia)	Fornecedores	Unid	Quant. Máx	Quant. Min.	Preço Registrado

Relação dos Órgãos e Entidades Participantes da Ata.

Seq	Órgão/Entidade	ENDEREÇO
1		
2		

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

Contrato nº ____ / 20__ –

Processo nº 24001.092717/2025-94

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
(O)A _____

_____ E (O) A _____,

ABAIXO QUALIFICADOS, PARA O FIM QUE
NELE SE DECLARA.

O(A) _____, situada(o) na _____, inscrita(o) no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada(o) CONTRATANTE, neste ato representada(o) pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, e a _____, com sede na _____, CEP: _____, Fone: _____, inscrita no CPF/CNPJ sob o nº _____, doravante denominado CONTRATADO, representado neste ato pelo _____, (nacionalidade), portador da Carteira de Identidade nº _____, e do CPF nº _____, residente e domiciliada(o) em (Município - UF), na _____, têm entre si justa e acordada a celebração do presente contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

1.1. O presente contrato tem como fundamento o Pregão Eletrônico nº _____, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E A PROPOSTA

2.1. O cumprimento deste contrato está vinculado aos termos do edital do Pregão Eletrônico nº _____, ao Termo de Referência, à proposta do contratado e aos eventuais anexos dos respectivos documentos os quais constituem parte deste instrumento, independente de sua transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO OBJETO

3.1. O objeto do presente instrumento é a prestação dos serviços de laboratório de prótese dentária, nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência do Edital e na proposta do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

4.1. O prazo de vigência deste contrato é de 01 (um) ano, contado a partir da publicação, prorrogável sucessivamente por até 10 (dez) anos, na forma do art. 106 e 107 c/c o art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. A prorrogação de que trata este subitem é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO.

4.1.2. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que possui características como essencialidade, execução de forma contínua, de longa duração e possibilidade de que o fracionamento em períodos venha a prejudicar a execução do serviço. Entretanto, a lei exige “preços e condições mais vantajosas”. Assim, antes da prorrogação do contrato, deverá ser realizada pesquisa de mercado de modo a aferir se as condições e preços contratados continuam

mais vantajosos para a Administração. O contrato poderá ser alterado pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto e demais condições, constam no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual, em razão da justificativa exposta nos autos do processo, conforme Acórdão 2450/2025 – TCU – Plenário.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$ _____ (_____).

7.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.1.2. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao CONTRATADO dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, ou seja, a data da pesquisa constante no Mapa Comparativo de Preços, datado de 01/06/2026.

9.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATADO

10.1. As obrigações referentes ao CONTRATANTE e ao CONTRATADO encontram-se definidas no Termo de Referência, anexo a este contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

11.1. O CONTRATADO declara que tem ciência da existência da LGPD e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, o CONTRATANTE em situação de violação de tais regras.

11.1.1. O CONTRATADO somente poderá tratar dados pessoais nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais poderá realizar o tratamento para fins distintos do fornecimento da execução dos serviços especificados no certame ou no contrato administrativo.

11.2. O tratamento de dados pessoais será realizado de acordo com as hipóteses de tratamento previstas nos arts. 7º, 11, 14, 23, 24 e 26 da LGPD e somente para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, observando a persecução do interesse público e os princípios do art. 6º da LGPD e 37 da Constituição Federal de 1988.

11.3. O CONTRATADO deverá indicar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da publicação do Contrato, a identidade e informações de contato do seu Encarregado de Proteção de Dados, bem como, se aplicável, o endereço da página eletrônica onde essa designação é realizada, conforme estabelecido no § 1º do art. 41 da LGPD e se compromete a manter o CONTRATANTE informado sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

11.4. O CONTRATADO deverá cooperar com a Administração Direta e Indireta do Estado do Ceará no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público e Órgãos de Controle, quando relacionados ao objeto contratual.

11.5. O CONTRATADO não poderá disponibilizar ou transmitir a terceiros, sem prévia autorização por escrito, informação, dados pessoais ou base de dados a que tenha acesso em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.5.1. Caso autorizada transmissão de dados pelo CONTRATADO a terceiros, as informações fornecidas e/ou compartilhadas devem se limitar ao estritamente necessário para o fiel desempenho da execução do instrumento contratual, adotando procedimentos de segurança que assegurem a sua confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados.

11.5.2. As PARTES se obrigam a zelar pelo sigilo dos dados, garantindo que apenas as pessoas que efetivamente precisam acessá-los o façam, submetendo-as, em todo caso, ao dever de confidencialidade.

11.6. Ocorrendo o término do tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da mesma lei, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6.1. O CONTRATADO não poderá deter cópias ou backups, informações, dados pessoais e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual.

11.6.2. O CONTRATADO deverá eliminar os dados pessoais a que tiver conhecimento ou posse em razão do cumprimento do objeto deste instrumento contratual tão logo não haja necessidade de seu tratamento.

11.6.3. O CONTRATADO fica obrigado a devolver todos os documentos, registros e cópias que contenham informação, dados pessoais, e/ou base de dados a que tenha tido acesso durante a execução do cumprimento do objeto deste instrumento contratual, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de qualquer uma das hipóteses de extinção do contrato, restando autorizada a conservação apenas nas hipóteses legalmente previstas.

11.7. As PARTES devem adotar boas práticas de governança e medidas técnicas e administrativas em relação ao tratamento dos dados, compatíveis com a estrutura, a escala e o volume de suas operações, bem como a sensibilidade dos dados tratados.

11.7.1. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, inclusive dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula.

11.7.2. O CONTRATADO se responsabilizará por assegurar que todos os seus colaboradores, consultores e/ou prestadores de serviços que, no exercício das suas atividades, tenham acesso e/ou conhecimento da informação e/ou dos dados pessoais, agirão de acordo com o presente contrato, com as leis de proteção de dados e que estes respeitem o dever de proteção, confidencialidade e sigilo, devendo estes assumir compromisso formal de preservar a confidencialidade e segurança de tais dados, documento que estar disponível em caráter permanente para exibição do CONTRATANTE, mediante solicitação.

11.7.3. O CONTRATADO deverá promover a revogação de todos os privilégios de acesso aos sistemas, informações e recursos do CONTRATANTE, em caso de desligamento de funcionário das atividades inerentes à execução do presente Contrato.

11.8. Em caso de incidente de segurança em relação aos dados tratados neste certame/contrato, que comprometa a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade dos dados, a PARTE que sofreu o incidente deverá comunicar imediatamente a ocorrência a partir de uma notificação que conterá, no mínimo:

- a) Data e hora do incidente;
- b) Data e hora da ciência pela PARTE responsável;
- c) Descrição dos dados pessoais afetados;
- d) Número de titulares afetados;
- e) Relação dos titulares envolvidos;
- f) Riscos relacionados ao incidente;
- g) Indicação das medidas técnicas e de segurança, utilizadas para a proteção dos dados;
- h) Motivos da demora, no caso de a comunicação não haver sido imediata;
- i) Medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;
- j) O contato do Encarregado de Proteção de Dados ou de outra pessoa junto a qual seja possível obter maiores informações sobre o ocorrido;

11.8.1. Na hipótese descrita acima, as PARTES atuarão em regime de cooperação para:

- a) Definir e implementar as medidas necessárias para fazer cessar o incidente e minimizar seus impactos;
- b) Prover as informações necessárias à apuração do ocorrido no menor prazo possível;
- c) Definir o padrão de respostas a serem dadas aos titulares, terceiros, à ANPD e demais autoridades competentes.

11.9. Os dados obtidos em razão deste contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log), adequado controle baseado em função (*role based access control*) e com transparente identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento dessas informações com terceiros;

11.10. A critério do CONTRATANTE, o CONTRATADO poderá ser provocado a colaborar na elaboração do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente dos serviços objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

11.11. O CONTRATADO indenizará o CONTRATANTE, em razão do não cumprimento das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face do CONTRATANTE a esse título.

11.12. Em caso de responsabilização do Estado por danos e/ou violações à LGPD decorrentes do objeto do contrato, deverá ser apurado os danos que efetivamente cada uma das partes causarem ao titular dos dados, para fins de assegurar o direito de regresso do Estado nos termos da legislação.

11.12.1. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da Lei nº 13.709/2018 deverão ser comunicados à ANPD.

11.14. Este instrumento pode ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

13.1.5. Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

13.1.6. Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.7. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. Serão aplicadas ao CONTRATADO que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o CONTRATADO der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, deste contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8 do item acima deste contrato, bem como nos subitens 13.1.2, 13.1.3 e 13.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.2.4. Multa:

13.2.4.1. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

13.2.4.2. Moratória de 0,7% (sete décimos por cento) por dia de atraso justificado e não aceito pelo Contratante ou injustificado superior a 30 (trinta) dias, sobre o valor da nota de empenho ou instrumento equivalente, até o limite do percentual fixado em 20%.

13.2.4.3. O atraso superior a 60 (sessenta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.

13.2.4.4. Compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

13.3. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

13.4. Todas as sanções previstas neste contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.6. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – A natureza e a gravidade da infração cometida;

II – As peculiaridades do caso concreto;

III – As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;

V – A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.8. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o CONTRATADO, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.9. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal e no Certificado de Registro Cadastral (CRC) do Estado do Ceará.

13.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/2021.

13.11. Os débitos do CONTRATADO para com o CONTRATANTE, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato

ou de outros contratos administrativos que o CONTRATADO possua com o mesmo órgão ora CONTRATANTE.

13.11.1. Na impossibilidade do pagamento da multa por meio de descontos dos créditos existentes, o CONTRATADO recolherá a multa por meio de Documento de Arrecadação Estadual (DAE), podendo ser substituído por outro instrumento legal, em nome do CONTRATANTE, se não o fizer, será cobrada em processo de execução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

14.1. Este contrato se extingue nas seguintes hipóteses:

I – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto, e.

II – Quando mesmo não cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ocorrer algum dos motivos previstos no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

a) Na hipótese do inciso II, aplicam-se também os arts. 138 e 139 da mesma Lei.

14.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

14.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.3.3. Indenizações e multas.

14.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

14.5. Este contrato poderá ser ainda ser extinto a qualquer tempo pelo CONTRATANTE, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias, nos casos das rescisões decorrentes do previsto no inciso VIII, do art. 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, sem que caiba ao CONTRATADO, direito à indenização de qualquer espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada, conforme o caso:

15.1.1. Gestão/Unidade: _____;

15.1.2. Fonte de Recursos: _____;

15.1.3. Programa de Trabalho: _____;

15.1.4. Elemento de Despesa: _____;

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

16.4. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

17.1. O modelo de gestão contratual consta no Termo de Referência, anexo a este contrato.

17.2. A execução contratual será acompanhada pelo(a) Gestor(a) do Contrato _____ (nome completo), CPF _____, representante especialmente designado(a) para este fim, ou pelo(a) respectivo(a) substituto(a).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas estaduais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO

19.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133/2021 e ao art. 8º, § 2º da Lei nº 12.527/2011, regulamentada no Estado do Ceará pela Lei nº 15.175/2012.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

20.1. Fica eleito o foro do município da sede do CONTRATANTE, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem de acordo, foi mandado lavrar o presente contrato, que está visado pela Assessoria Jurídica do CONTRATANTE, e do qual se extraíram 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, as quais, depois de lidas e achadas conforme, vão assinadas pelos representantes das partes e pelas testemunhas abaixo.

Local e data

(nome do representante)

CONTRATANTE

(nome do representante)

CONTRATADO

Testemunhas:

—

(nome da testemunha 1)

(nome da testemunha 2)

RG:

RG:

CPF:

CPF:

Visto:

—

(nome do(a) procurador(a)/assessor(a) jurídico(a) da CONTRATANTE).